

# Missão: Alentejo

Revista da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Alentejo

COMISSÃO DE  
COORDENAÇÃO  
REGIÃO  
ALENTEJO



## *Destaque*

O passado, o presente  
e o futuro da CCDR  
Alentejo



## *Efeméride*

20 anos da Barragem  
de Alqueva



## *Personalidade*

Não há dúvida nenhuma,  
senhor Comendador: as  
flores são eternas

01

[ccdr-a.gov.pt](http://ccdr-a.gov.pt)

## Ficha técnica

### PROPRIEDADE

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira nº193 7004 -514  
Tel. 266 740 300  
E-mail: geral@ccdr-a.gov.pt

### DIRETOR

António Ceia da Silva

### DIRETORES EXECUTIVOS

Carmen Carvalheira e Anibal Costa

### CONSELHO EDITORIAL

António Ceia da Silva,  
Carmen Carvalheira, Anibal Costa,  
Figueira Antunes, Filipe Palma,  
Cláudia Henriques

### CONSELHO REDATORIAL

Claudia Henriques, Mário Simões,  
Ana Custódio

### COLABORARAM NESTE NÚMERO

Amavel Candeias  
Ana Costa Freitas  
Gonçalo Costa  
Isabel Dolores  
Joaquim Fialho  
José António Rilha  
José Cabeça  
José Carlos Santos  
Luís Santos  
Mário Simões  
Patrícia Gomes da Silva  
Sandra Jorge  
Teresa Godinho  
Tiago Teotónio Pereira

### CAPA

Carmen Carvalheira

### FOTOGRAFIA

Carmen Carvalheira  
Mário Simões  
Arquivo CCDR Alentejo  
Convidados

### CONCEÇÃO

Equipa Multidisciplinar para a Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

### COLABORAÇÃO

Colaboração especial de Paulo Silva (trabalhador aposentado da CCDR Alentejo)

### CONCEÇÃO GRÁFICA, PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Caminho das Palavras

### PERIODICIDADE

Quadrimestral

### TIRAGEM

200 exemplares

### ISBN

978-972-644-124-3

### DEPÓSITO LEGAL N.º

502256/22

### EDIÇÃO

Julho 2022

# Índice

## EDITORIAL

**03** Estamos de volta

## 50 ANOS DE CCDRA

**04** Da Comissão de Planeamento à CCDR

## PRESIDENTES DA CCDRA

**06** Doze presidentes, doze personalidades, um só propósito: o Alentejo

## DESTAQUE

**08** Uma CCDRA conhecida e reconhecida como fator decisivo para a descentralização do país

**10** Preparar o futuro, no que respeita às questões ambientais, e participar em projetos e parcerias, para recuperar a importância da CCDR

**12** Potenciar a CCDRA como um verdadeiro centro de recursos de apoio aos agentes da região

## ALENTEJO 2020

**14** Programa Operacional com resultados positivos

## ALENTEJO 2030

**16** Programa Operacional Regional Alentejo 2030 – Enquadramento e Prioridades

## PROJETOS

**18** Transporte a Pedido

**20** O AURORAL no Alentejo

**21** Novo Acordo EUROAAA

**22** Rede para a promoção da qualificação e do conhecimento do Alentejo

**22** Rede para o acesso aos serviços de interesse geral do Alentejo

**23** Prestação de serviços de qualidade a todos – estudo de caso do Alentejo

**23** Um futuro para as regiões menos desenvolvidas - promover a implementação de estratégias territoriais

**23** Labelscape

**23** + Resilient

**23** Guardiões

## ESTUDOS

**24** Recenseamento de 2021 - Resultados preliminares

**26** A inclusão social de migrantes convoca uma atuação concertada entre o Estado, Autarquias Locais e Sociedade Civil

## A CCDR ESTEVE LÁ

**28** Cimeira das Regiões Europeias para Comunidades Inteligentes

**30** CCDR na maior cimeira aeronáutica da Península Ibérica: o Portugal Air Summit

**31** Alentejo em destaque na FEHISPOR em Badajoz

## GENTE COMO NÓS

**32** Onde o ontem e o hoje se confundem

**33** Presente e Futuro

**34** Casa do Pessoal para o “pessoal” da CCDR

## OPINIÃO

**35** O Alentejo e o País, o País e o Alentejo

## 20 ANOS BARRAGEM DE ALQUEVA

**36** E a Barragem foi construída

## PERSONALIDADE

**40** Não há dúvida nenhuma, senhor Comendador: as flores são eternas

## AS NOSSAS TERRAS

**42** Fernando Almeida rega com amor as flores em S. Bento de Ana Loura

## CURIOSIDADES

**44** Festa das Flores. De Campo Maior para a humanidade

**45** A casa nova

**45** Francisco Serrabulho o presidente que foi...mas não foi

## OPINIÃO

**46** Seguir o sonho é... trabalhar por ele

## HOJE TERMINO EU

**48** Alentejo – O futuro já começou

Acompanhe o nosso trabalho  
e fique informado!

CCDR ALENTEJO

Site: <https://www.ccdr-a.gov.pt/>

Facebook: <https://www.facebook.com/ccdralentejo>

Twitter: <https://twitter.com/ccdralentejo>

Programa Operacional  
Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020

Site: <http://www.alentejo.portugal2020.pt/>

Facebook: <https://www.facebook.com/Alentejo.Portugal2020>

Twitter: <https://twitter.com/Alentejo2020>



# Estamos de volta

António Ceia da Silva,  
Presidente da CCDR Alentejo

A comunicação é, hoje, um fenómeno tão essencial como imprescindível e desempenha um papel preponderante na vida das organizações, pois é, ao mesmo tempo, um elemento de equilíbrio e transformação nos processos sociais internos e um equilíbrio nas relações com o público externo, consumidor da imagem da organização, a qual é o reflexo não só da qualidade do trabalho realizado como também do ambiente organizacional.

Quando, em 1988, a então Comissão de Coordenação da Região do Alentejo decidiu elaborar uma revista não técnica, como era usual as organizações oficiais fazerem, mas informativa, estava a ser pioneira naquilo que iria ser uma prática comum e decisiva para o sucesso do papel das organizações no desenvolvimento dos territórios.

Já, na altura, se pretendia, com a Revista Alentejo - Análise Regional, que os diferentes agentes do território, e mesmo a população em geral, tivessem conhecimento da realidade por forma a saberem quais os caminhos mais adequados que tinham de trilhar para a sua ação e a necessidade da convergência de esforços para o progresso individual e coletivo que todos desejavam.

A Revista da Comissão e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que entra agora numa nova fase, mais moderna e atual, procura como desde a sua génese, contribuir para melhorar a informação em assuntos quer da região quer de interesse para a região.

Este será um espaço onde o leitor encontrará um conjunto de elementos que lhe permitirá conhecer as potencialidades e também os constrangimentos do Alentejo, mas também será um espaço onde encontrará os rostos das pessoas e as organizações que, pela sua ação nas mais diversas áreas, contribuem para o conhecimento e reconhecimento da região e da sua importância para o desenvolvimento do país.

É, também, importante referir que a revista da CCDRA não esgota o processo de comunicação que estamos a elaborar. Ela é apenas mais um espaço que considero muito importante de uma série de instrumentos ligados às diversas plataformas existentes e que só terão sucesso se forem adequadamente interligados e baseados num plano bem estruturado.

A Revista da CCDRA não pretende constituir-se como concorrente dos mais diversos Órgãos de Comunicação Social existentes na região. Não é esse o seu papel nem a sua filosofia. O que se pretende é que esta Revista seja um parceiro dos OCS, quer na troca de informações, quer no apoio aos profissionais da comunicação, quer na facilitação de acesso às fontes de informação oficiais que permitam a melhoria qualitativa do trabalho dos órgãos de comunicação social regional.

Neste número, vamos destacar, essencialmente, a CCDRA. Nos próximos números, não nos vamos retirar de cena, mas vamos dar destaque àquilo que nos une e pelo qual todos pugnamos: o Alentejo.



A revista mais moderna e atual procura, como desde a sua génese, contribuir para melhorar a informação em assuntos quer da região quer de interesse para a região.

# Da Comissão de Planeamento à CCDR



—  
Texto  
Mário Simões

Quando se fala em Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo é importante saber quais são as atribuições deste serviço periférico da administração direta do Estado.

Entre várias atribuições, há uma que se tem mantido ao longo dos anos e das diversas alterações à sua lei orgânica e que se prende com a sua contribuição para a “definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial...”.

Pode, pois, afirmar-se que as CCDR mantêm, ainda hoje, uma matriz formulada há mais de 50 anos, mais precisamente a 11 de março de 1969, altura em que foram criadas as Comissões Consultivas Regionais, estan-

do dado o primeiro passo numa caminhada que será sempre dinâmica de planeamento e desenvolvimento regional.

Nesse dia, 11 de março de 1969, de acordo com o III Plano de Fomento, o território do Continente e Ilhas adjacentes foi dividido em seis regiões: Norte, Centro, Lisboa, Sul, Açores e Madeira, que viriam a ser homologadas, por decreto de novembro de 1969, sob a designação de Comissões de Planeamento das respetivas regiões.

A sua composição era formada por um Presidente e por representantes das Juntas Distritais ou Juntas Gerais de Distrito, escolhidos entre personalidades que residissem na área dos distritos e aí gozassem de reconhecido prestígio e evidenciassem conhecimentos qualificados dos problemas económicos e sociais regionais.

A génese do “planeamento regional” não ocorreu em Portugal apenas em 1969, sendo importante, para a sua compreensão, conhecer a história e o caminho percorrido desde então até se chegar à atual fase de descentralização.

A preocupação dos governos pelos problemas institucionais do planeamento regional vêm de há muitos anos. Já em 1936, o Código Administrativo conferia às juntas de província atribuições concretas no domínio do planeamento regional. No entanto, em 1959, com a revisão do referido código, e ao substituir-se a província pelo distrito, não foi mantida a orientação mais alargada de desenvolvimento. Verificada a deficiência do sistema, o Governo apresentou à Câmara Corporativa, em 1961, um projeto de Lei, propondo a criação de uma Junta de Planeamento Regional.

Em 1966, foi, então, criada uma estrutura de planeamento regional, no sentido de realizar os necessários estudos de base para a conveniente articulação entre o Serviço Central de Planeamento, os órgãos dos diversos ministérios e os interesses locais, por forma a que se definissem as linhas orientadoras dos programas de fomento regional.

O Governo da altura criou organismos que se encarregaram de recolher e preparar as informações de base, destinadas à elaboração de programas de Desenvolvimento Regional.

No terceiro Plano de Fomento, continuou a ser seguida com interesse a questão do planeamento regional. Neste contexto, foi atribuído ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos a competência para aprovar os Planos de Desenvolvimento Regional, depois de ouvida a Câmara Corporativa.

A orgânica da altura tinha como princípios base a colaboração das autoridades regionais na preparação do plano da sua região, acompanhando e dinamizando, posteriormente, a sua execução. Deveriam, também, ser consultados os interesses locais, tanto do setor público como do setor privado, nas várias fases do planeamento.

Chegamos, então, a 11 de março de 1969, data em que o território do Continente e Ilhas adjacentes foi dividido em seis regiões e respetivas Comissões de Planeamento, nomeadamente, a Comissão de Planeamento da Região Sul, sediada em Évora, que perdurariam até finais de 1979, altura em que foram criadas as Comissões de Coordenação Regional (CCR). O país ficou assim dividido em cinco regiões e respetivas CCR: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Estas novas estruturas administrativas receberam as atribuições e competências das extintas Comissões de Planeamento, a que foram adicionadas outras valências, nomeadamente, as decorrentes do seu posicionamento institucional e espacial face ao renascer de um poder local mais forte, mais autónomo e dispondo de competências próprias mais alargadas.

Com o decurso do tempo, foram atribuídas, paulatinamente, responsabilidades acrescidas e alargados progressivamente os seus domínios de intervenção.

A fase preliminar de adesão do país à Comunidade Económica Europeia (CEE) e, posteriormente, a sua integração determinaram, igualmente, que às CCR fossem cometidas novas tarefas e responsabilidades.

No âmbito regional do Alentejo, à herança da Comissão de Planeamento da Região Sul e aos novos tempos da CEE, vieram juntar-se as tarefas e responsabilidades na preparação de propostas com vista à obtenção dos apoios pré-adesão e, posteriormente, na preparação e elaboração do contributo regional para o Progra-

ma de Desenvolvimento Regional-PDR e, na fase de implementação, ao respetivo acompanhamento e controle de execução dos programas e projetos candidatos ao apoio FEDER, bem como em tantos outros aspetos decorrentes da adesão.

A partir de 7 de junho de 1986, a CCRA foi definida como um serviço regional do Ministério do Plano e da Administração do Território, definindo-se, na sua área de atuação, competências globais e específicas nas áreas do planeamento e desenvolvimento, no apoio às autarquias locais, no ordenamento do território e no ambiente e recursos naturais.

Pretendia-se, assim, que as CCR constituíssem uma estrutura a nível regional que reproduzisse a estrutura central, criando condições para uma intervenção a nível da região em todas as áreas da responsabilidade do Ministério, ao mesmo tempo que ficavam facilitadas as ligações com os diferentes setores do Estado.

Foi, assim, possível redimensionar a estrutura de suporte administrativa a um nível minimamente adequado, que era nitidamente insuficiente para um organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, gerindo e administrando não só os seus funcionários, mas também um conjunto muito diversificado de fontes financeiras, como o orçamento de funcionamento, PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central -, PIDR - Programa Integrado de Desenvolvimento Regional -, Investimentos Intermunicipais e FEDER.

Em novembro de 1999, é criado o Ministério do Planeamento, passando as CCR a integrar a respetiva estrutura. Refere-se que tinham sido, anteriormente, retiradas das CCR as competências relacionadas com o Ambiente.

Após o “não” dos portugueses à regionalização, o papel das Comissões de Coordenação voltou a ser reavaliado e, em agosto de 2001, foi publicada a nova Lei orgânica das CCR que, na prática, mantinham a mesma estrutura.

Quando, em maio de 2003, é criado o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, os organismos com competências no desenvolvimento e no ambiente viriam a ser integrados nesse ministério, verificando-se as inerentes alterações estruturais que permitissem dar corpo à intenção do Governo de, então, acelerar o processo de descentralização, como viria a acontecer.

Em maio de 2003, foram criadas as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que constituem um instrumento de dinamização, acompanhamento e avaliação do processo de desconcentração a nível regional da administração central e de descentralização das suas competências para a administração local autárquica.

Os órgãos das CCDR são, basicamente, os mesmos das anteriores CCR, à exceção do Conselho Regional, órgão consultivo da CCDR e representativo dos vários interesses e entidades públicas.

Em 2019, foi criado o Ministério da Coesão Territorial, no qual foram integradas as CCDR. Neste contexto, a presidência destes organismos é definida por um processo eleitoral, através de candidatura de individualidades, eleitas por um colégio formado pelos autarcas da região, que elegem um presidente e um dos dois Vice-Presidentes, sendo outro indicado pelo Governo.

A realização de um referendo sobre a regionalização do país, que está prevista a curto ou médio prazo, será, porventura, o próximo passo a dar neste processo que se iniciou há mais cinquenta anos.

# Doze presidentes, doze personalidades, um só propósito: o Alentejo

Texto  
Mário Simões

Não são as instituições que fazem os homens, mas são os homens que as fazem nascer e crescer e depois vão embora para que elas se continuem a renovar sempre que a sua missão evolui ao sabor das necessidades das comunidades que servem.

Foram alentejanos bons que estiveram na liderança de uma instituição que começou por se chamar Comissão de Planeamento da Região Sul e que hoje se denomina Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Perspetivar o Alentejo do futuro foi a tarefa de Armando Perdigão, uma figura prestigiada no Alentejo, que, com poucos meios, começou um trabalho que viria, mais tarde, a dar os seus frutos.

Com a Revolução de Abril de 1974, vieram as inevitáveis alterações, tendo Armando Perdigão sido substituído por Carlos Portas, um engenheiro de grande currículo que soube gerir de forma consensual um organismo numa época de grandes convulsões políticas.

Com a estabilização do processo democrático, novos rumos se adivinhavam para o planeamento e, no Alentejo e Algarve, surgiu mais um homem de grande estatura humana e intelectual que, mais tarde, dá o melhor da sua inteligência em prol do progresso e do desenvolvimento do Alentejo. Manuel Ferreira Patrício.

Mas outros caminhos estavam destinados a Ferreira Patrício e também à Comissão de Planeamento que cumpriu o seu papel e se transformou em Comissão de Coordenação da Região do Alentejo com outros desafios e responsabilidades, surgindo, então, o primeiro presidente da instituição que ficou conhecida por CCR, uma figura proeminente do Alentejo: António José Carmelo Aires.

Pode dizer-se que foi na Presidência de Carmelo Aires que a CCRA ganhou asas e voou e, assim, o Alentejo deu passos decisivos para mudar quase de forma radical. O prestígio de Carmelo Aires, a nível regional, nacional e internacional, fez centrar os olhos de todos os que esperavam exemplos desta região no Alentejo, que era das mais pobres da Europa.

As mudanças políticas de Portugal em 1995 fizeram com que se alterasse um pouco a filosofia das CCR. Entendia-se, então, ser inevitável a regionalização do país, pelo que a CCRA começou a preparar-se para tal eventualidade. Carmelo Aires foi, ainda, durante um tempo, seu presidente, pedindo, depois, para ser substituído, o que veio a acontecer.

Chegou, então, a vez de Carlos Figueiredo assumir a presidência. Este técnico, com provas dadas no domínio do planeamento, veio incutir uma nova dinâmica ao desenvolvimento regional, apontando eixos base para o desenvolvimento da região.

Nesta ocasião, verificou-se a divisão entre a CCRA e o Programa Operacional Regional do Alentejo, o que se tornou benéfico e veio dar hipótese a outras figuras aparecerem e mostrarem o seu valor. Se Carlos Figueiredo mostrou ser um bom estratega, o Gestor do PORA, Bento Rosado, mostrou ser, de facto, um operacional de grande mérito reconhecido, aliás, por todos.

A Carlos Figueiredo, seguiu-se José Ernesto de Oliveira, uma figura carismática, que continuou o trabalho do seu antecessor e soube fazer a



*Armando Perdigão*



*Carlos Portas*



*Manuel Ferreira Patrício*



*António José Carmelo Aires*



*Carlos Figueiredo*



*José Ernesto*

ligação entre os diversos setores, surgindo, então, um organismo que poderia ser decisivo para colocar, de vez, o Alentejo na senda do progresso: o Proalentejo, que teve como gestor, José Carlos Zorrinho.

Com a regionalização rejeitada em referendo, foi necessário readaptar toda a filosofia das CCR.

A saída de José Ernesto de Oliveira para a Câmara Municipal de Évora e a mudança de Governo, fizeram com que a CCRA passasse por um momento de impasse, mas, face à qualidade dos vice-presidentes, nunca foi posto em causa o desenvolvimento do Alentejo e as grandes apostas para transformar o Alentejo numa terra de progresso.

A reestruturação do planeamento e do desenvolvimento regional, com uma maior descentralização, fez com que as CCR se viessem a transformar em Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, produzindo algumas mudanças em termos de atribuições e de competências e mesmo de funcionamento orgânico, como é o caso da escolha do Presidente.

João Transmontano, um alentejano de Portalegre, conhecido pela sua capacidade de diálogo e pelas suas excelentes qualidades técnicas e humanas, foi o escolhido, assumindo a presidência da CCDRA durante dois anos, que marcaram o Alentejo e o próprio presidente.

Os tempos eram outros, bem diferentes daqueles em que a Comissão planeava e estudava o território. Depois de João Transmontano, outra figura do norte do Alentejo chegou à CCDRA, Maria Leal Monteiro, que encetou um trabalho de reorganização da forma de governar a CCDRA. Na realidade, foi sob a sua presidência que o Programa Operacional começou a tornar-se mais importante que a própria CCDR.

Maria Leal Monteiro deixou o cargo em 2010, tendo-lhe sucedido João Cordovil, um homem de grandes qualidades humanas e técnicas, habituado à gestão de projetos e que deu uma maior dinâmica a todo o processo operacional da gestão dos fundos.

João Cordovil era um “homem da casa”, pois tinha cerca de 30 anos de ligação à instituição: tinha sido admitido na CCRA em 1979 (ano em que esta instituição sucedia à Comissão de Planeamento) como economista, no Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais de Castro Verde.

Durante dois anos, João Cordovil partilhou a responsabilidade de dirigir a CCDRA com duas Vice-Presidentes, Lina Jan e Paula Nobre de Deus, e pode dizer-se que, neste curto espaço de tempo, tentou contrariar uma visão redutora do papel da CCDR, confinado à gestão de fundos comunitários e de atividades de licenciamento em domínios específicos.

Foi dado um primeiro passo para uma nova visão de cooperação estratégica para o desenvolvimento em conjunto com parceiros públicos e privados, procurando influenciar a conceção e a aplicação das políticas públicas com uma visão integrada.

Depois de uma gestão essencialmente técnica com visão política, chegou à presidência da CCDRA um homem igualmente pragmático e com a ideia de devolver à CCDRA a importância estratégica e decisiva para o desenvolvimento do Alentejo: António Costa Dieb.

Este dinâmico presidente continuou o trabalho do seu antecessor no sentido de reforçar a confiança entre todos os agentes do território. A reorganização dos serviços, com a preocupação de manutenção do trabalho desenvolvido pelos anteriores responsáveis da instituição, com introdução da visão da então presidência e de cumprimento das orientações superiores, foi outra das marcas deixadas por António Dieb.

A saída de António Dieb para a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP e a Comissão Diretiva do Programa Operacional de Assistência Técnica, 2020 fez emergir na CCDRA uma personalidade discreta, mas conhecedora da instituição e que assumiu, com alguma coragem, o legado de António Dieb.

Roberto Pereira Grilo conseguiu realizar, com êxito, a dupla tarefa de ser representante da Administração Central no território e de gerir os instrumentos de financiamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

As novas regras no que diz respeito à presidência da CCDRA, que passaram a ser de eleição por um colégio eleitoral, fizeram com que Roberto Pereira Grilo optasse por entrar na “corrida eleitoral”.

Na eleição, teve como oponente António Ceia da Silva, uma personalidade conhecida no Alentejo como um homem do terreno e que colocou esta região na área do turismo como uma das mais sustentáveis e de maior crescimento nos últimos anos.

António Ceia da Silva venceu as eleições e é, desde há cerca de um ano, o 12º presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.



*João Transmontano*



*Maria Leal Monteiro*



*João Cordovil*



*António Costa Dieb*



*Roberto Pereira Grilo*



*António Ceia da Silva*

# Uma CCDRA conhecida e reconhecida como fator decisivo para a descentralização do país



António Ceia da Silva nasceu na “cidade do Alto Alentejo, cercada de serras, ventos, penhascos, oliveiras e sobreiros” como escreveu José Régio. Foi em Portalegre que passou a sua infância até ir para Coimbra estudar na Universidade, onde esteve até ao quinto ano de direito.

De regresso à sua terra, foi professor durante pouco tempo, pois aceitou o desafio que iria mudar toda a sua vida.

O turismo entrou-lhe no sangue e, de técnico de turismo, chegou a Presidente da Região de Turismo de São Mamede e, posteriormente, a Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo.

Com formação superior na área de Turismo (licenciatura e mestrado), é atualmente doutorando, no Instituto de Gestão do Ordenamento do Território (IGOT).

Apesar do amor ao turismo, nunca deixou de intervir civicamente na sua terra, na região e no país. Foi candidato à Câmara Municipal de Portalegre, onde exerceu o cargo de vereador, foi também deputado na Assembleia da República e é, atualmente, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Pode dizer-se, sem correr grande risco de nos enganarmos, que Ceia da Silva conhece todos os recantos do Alentejo, pois, como ele gosta de referir, “os cerca de 15 mil quilómetros que percorro mensalmente no Alentejo permitem-me conhecer bem a região”.

Este homem, que alguns consideram um “workaholic”, tem ainda tempo para fazer o que gosta, ensinar e estudar e, além disso, fruir dos prazeres da vida, como ler e viajar. “Temos que ler e viajar sempre com a perspetiva de aprender”, disse numa entrevista.

Pode parecer que foi de repente que surgiu Ceia da Silva na presidência da CCDRA. No entanto, segundo nos confidenciou o responsável máximo da CCDRA, “foi algo que vinha a pensar ainda quando estava na ERTA. A vida é feita de momentos e nós devemos ter a consciência em que momento devemos sair, temos de saber sair. Eu estava no turismo, quer em termos académicos quer em termos institucionais, há 38 anos e entendi que era a altura de dar lugar a outras ideias, a outros pensamentos, a outra filosofia sobre o setor para o qual contribuí para construir uma imagem positiva do Alentejo”.

E, se há momentos para saber sair, também há momentos para saber entrar - “sentia que podia dar o meu contributo noutras áreas ligadas ao desenvolvimento regional, nomeadamente dar uma imagem da CCDRA que fosse para além daquilo que são meramente os fundos estruturais e comunitários”, foi dizendo Ceia da Silva, mostrando que tem uma ideia do que deverá ser a instituição. “A CCDRA deve ser a grande estrutura de direção política da região, deve coordenar os serviços públicos da região, deve ser um fator decisivo para a descentralização do país, deve receber competências e é necessário que as receba da parte do novo governo, no sentido de poder traçar o caminho para uma futura regionalização”.

Olhando para o seu passado, Ceia da Silva entendeu que “dada a minha experiência, o meu conhecimento do território, os 13 a 15 mil quilómetros que percorro por mês, dado conhecer muito bem o Alentejo de Barrancos a Troia, eu poderia ser a pessoa que, conjuntamente com uma equipa coesa, poderia contribuir para essa nova etapa, que era anunciada na altura pela maior parte dos agentes políticos dos diversos partidos, que era a regionalização do país”.

O outro fator que o levou a pensar na presidência da CCDRA foi o facto de, pela primeira vez, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Alentejo ser eleito. “Para mim, havia um aspeto que era fundamental: ser eleito. Eu jamais fui nomeado seja para que cargo fosse ao longo da minha vida”.

Em funções há cerca de um ano, António Ceia da Silva continua a aprender e a estudar a instituição, ao mesmo tempo que vai agindo. “Sentia antes de ocupar o cargo, e ainda sinto, porque não se muda tudo num ano, que havia por parte do cidadão comum, mas também por parte dos diversos agentes, um certo desconhecimento do que é a CCDR e quais as suas funções concretas. A esmagadora maioria não sabe, por exemplo, que a CCDRA tem funções na área do ambiente, do ordenamento do território, na fiscalização, no desenvolvimento regional, na cooperação transfronteiriça, entre outras. Há tantas áreas que a CCDR incorpora em si para além do Programa Operacional e que é preciso dar a conhecer. Também por aí entendi que tinha um papel importante na instituição, eu e uma equipa forte e coesa, porque nada se faz sozinho”.

Acrescenta ainda, “Devo confessar de uma forma pragmática que pensava que as CCDR teriam uma componente de inovação e autonomia muito mais forte do que aquilo que na realidade são e têm. Hoje, as CCDR, no seu funcionamento, são direções dependentes de tudo o que é organismo do Estado; por isso, é fundamental que essa modernização que as CCDR têm de sofrer passe por uma nova lei quadro”, referiu Ceia da Silva.

E foi mais longe: “as CCDR têm de mudar, ganhar força, ganhar autonomia, têm de ser o grande organismo de coordenação política das regiões e, para o ser, têm de ter outra autonomia”.

A autonomia e a mudança da instituição que Ceia da Silva defende tem que ver com a forma como o Alentejo pode ser uma solução para o país e para os alentejanos. Para isso, é fundamental que haja pessoas na região “o que falta ao Alentejo são pessoas: não há desenvolvimento em nenhuma região do mundo sem pessoas e sem pessoas qualificadas. Temos, felizmente, boas instituições de ensino superior; é, no entanto, necessário que elas estabeleçam boas ligações às empresas. Temos de melhorar o nosso tecido produtivo, temos de ganhar força na internacionalização e, fundamen-

talmente, aquilo que é importantíssimo, que criemos, e estamos a criar, meios de acessibilidade que são decisivos para o território”.

E Ceia da Silva concretiza: “se nós não tivermos a ligação Sines-Caia, se não tivermos a eletrificação da linha que vai ligar Beja ao aeroporto em linha férrea, se não tivermos a eletrificação da linha do Leste, se não tivermos melhores acessibilidades no Litoral alentejano, dificilmente conseguimos fixar aqui pessoas.

“Já há muita coisa feita, há um conjunto de instrumentos paralelos a esta vontade, mas que são decisivos. Muito já foi feito em termos de políticas de coesão. O Alentejo é hoje das regiões mais bem posicionadas a nível da própria Europa, e isso é visível. Em todo o território existem centros culturais, capacidade para captação de empresas, equipamentos desportivos, de saúde. Foram criados instrumentos de coesão muito importantes ao longo dos últimos QCA. O que falta? Pessoas!”.

O presidente aponta soluções para o Alentejo: “temos de atrair pessoas. Para atrair pessoas é necessária boa cultura, boas escolas; é necessário um trabalho conjunto com as empresas e elas têm de ser ajudadas para conseguirem níveis salariais que permitam a fixação de jovens nos quadros superiores, isso é decisivo...”

Se António Ceia da Silva, como responsável do Programa Operacional, encontrou o atual já em andamento, ele está agora na linha da frente na preparação do Alentejo 2030. “O que é mais importante no próximo Quadro Comunitário é que nenhum projeto deva ser aprovado sem que nele esteja bem definido que vai contribuir para atrair pessoas para a região ou para fazer com que as que tenham saído regressem”.

Ceia da Silva defende com determinação que “devemos recuperar aqueles que perdemos; em primeiro lugar, aqueles alentejanos jovens que tiveram de ir para Lisboa, para o Porto e para outros locais em Portugal e no estrangeiro. Esses, temos de os conquistar para regressarem e para isso temos de criar condições. É necessário ter uma região digitalizada. O que a pandemia mostrou é que é possível trabalhar à distância, mas para isso é preciso haver boas redes de digitalização, não haver zonas brancas, é necessário haver Internet de alta velocidade. Esse também é um esforço que temos de fazer”.

Sobre a organização interna da CCDRA, Ceia da Silva também já fez o diagnóstico e tem soluções: “é importante rejuvenescer a instituição e é decisivo contratar pessoas novas, mas fazê-lo não na lógica de meramente substituir, mas com a capacidade de fazer com naturalidade a transmissão dos conhecimentos. O rejuvenescimento tem de se fazer em simultâneo; não se pode cortar a cadeia de conhecimentos que existe. Por isso, os mais jovens têm de vir enquanto os mais velhos estão no ativo, para assim se fazer a transmissão natural dos conhecimentos. Isso nem sempre é possível, mas temos de caminhar por aí”.

Quando estamos quase a terminar a conversa com o Presidente Ceia da Silva, subitamente um brilho irrompe do seu olhar quando falamos das relações entre as pessoas que diariamente trabalham na CCDRA. “A nível interno, a pandemia ainda não nos possibilitou de criarmos verdadeiramente aquilo que é o meu desejo: que todos nós aqui sejamos uma verdadeira família. Ainda não foi possível. Esse é um grande objetivo. Independentemente das divisões que possam existir, e que são distintas e mesmo históricas, o que desejo é que as divisões demasiado rígidas deixem de existir entre setores e departamentos; todos temos de trabalhar em conjunto como uma família. Neste ano de aprendizagem, tenho muitas certezas e uma delas é que temos condições para trabalharmos aqui como família, para podermos servir e sermos úteis ao Alentejo”.

“As CCDR têm de mudar, ganhar força, ganhar autonomia, têm de ser o grande organismo de coordenação política das regiões e, para o ser, têm de ter outra autonomia.”

# Preparar o futuro, no que respeita às questões ambientais, e participar em projetos e parcerias, para recuperar a importância da CCDR

Carmen Carvalheira é uma mulher de consensos e ação. Uma académica que usa as competências e conhecimentos com o objetivo de os colocar em prática. Foram estas características que levaram o Governo a convidá-la para exercer o cargo de vice-presidente da CCDRA em áreas específicas e de importância vital para o futuro do Alentejo.

Com formação superior em Engenharia Civil (Doutorada em Engenharia Civil - Especialidade de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes; Mestre em Engenharia Urbana e licenciada pela Universidade de Coimbra), Carmen Carvalheira, natural de Montemor-o-Novo, tem experiência autárquica e integrou a anterior equipa presidencial da CCDRA.

Consciente das suas capacidades para cumprir a missão, a Vice-Presidente não só aceitou o cargo há três anos, como voltou a aceitar há cerca de um ano, agora por duas razões: “depois de dois anos, voltaram a convidar-me e, aí, aceitei, não só pela continuação do trabalho que estava a realizar, mas pela perspetiva da mudança e pelo desafio de que a CCDR se transforme em Governo Regional”.

Carmen Carvalheira não se limitou a trabalhar naquilo que era a sua zona de conforto, a sua especialização, e que se coadunava com aquilo que a CCDRA faz. Procurou introduzir outras áreas onde, segundo ela, “já tinha uma intervenção significativa em outras regiões do país e que eu achei que eram uma mais valia para este território”.

Assumindo que o seu cargo na CCDRA é de nomeação política, a Vice-Presidente entende que “a decisão política tem de ser considerada, sendo que a melhor decisão política é aquela que for melhor para o território e é por isso que é preciso ter, ao mesmo tempo, a noção do que é a gestão de uma instituição, que é grande, que temos equipas para gerir e objetivos práticos que temos de atingir”.

O Ambiente, a Fiscalização e o Ordenamento do Território, para além da gestão de diversos projetos paralelos, são áreas da responsabilidade de Carmen Carvalheira, que se sente confortável com as equipas que com ela trabalham. “É gratificante, principalmente, nesta nova gestão: ter equipas que estão muito disponíveis para trabalhar naquilo que são as suas funções base e, depois, ainda assumem projetos que fazem sentido que a CCDR, enquanto entidade regional, assumam e que fiquem a cargo dessas pessoas”.

O Ambiente é, desde sempre e agora ainda mais, uma preocupação de todos. Para Carmen Carvalheira, “os problemas ambientais resolvem-se na antecipação, é aí que temos de atuar porque, por vezes, apesar de nos parecer que já é um problema grande, ele ainda é muito pequenino quando comparado com a expectativa que vai ser daqui a algum tempo”.

Ainda sobre as questões ambientais, Carmen Carvalheira diz que “o Alqueva trouxe, e ainda bem, um conjunto grande de investimentos, nomeadamente na olivicultura, e que teremos o seu pleno de produção daqui a 3, 4 ou 5 anos”.



Decorrente destes novos investimentos, já estão a surgir alguns problemas ambientais, como é o caso da transformação e armazenamento de bagaço de azeitona. A CCDRA procura preparar o futuro ao promover encontros de trabalho com entidades do setor e que, entre outros, têm como objetivo a identificação de soluções e oportunidades apoiadas, nomeadamente por fundos de financiamento, como é o caso do PO Alentejo 2020 da qual é gestora.

Nas negociações com Bruxelas, relativamente aos novos Fundos, procurar-se-á acautelar estas novas situações decorrentes destes novos empreendimentos que vêm surgindo um pouco por todo o Alentejo.

Carmen Carvalheira valoriza o conhecimento produzido no Ensino Superior. A mobilização das instituições académicas e científicas e o seu envolvimento com entidades públicas e privadas, é um exemplo de como se podem desenvolver formas inovadoras de resposta a necessidades da Região e exemplifica com o projeto das Cartas de Satélite da Universidade de Évora.

E vai mais longe Carmen Carvalheira: “temos de acompanhar os trabalhos que vão sendo feitos, mas só conseguimos isso se integrarmos as parcerias dos projetos. Claro que isso tem um trabalho acrescido, pois para sermos parceiros dos projetos temos de nos comprometer com eles. Felizmente, encontrei na ‘casa’ pessoas competentes e disponíveis e que nunca disseram “não” a assumir os projetos”.

A CCDR é “conhecida” por financiar projetos. Carmen Carvalheira quer ir mais longe: “mais que apoiar projetos, é preciso trabalhar em conjunto. Quando somos parceiros dos projetos, temos um trabalho acrescido muito maior porque vamos acompanhar, vamos entendendo como evoluem. A CCDR, em vez de ser só financiadora, tem de fazer o acompanhamento do projeto e envolver-se nele”.

Vários projetos importantes para o Alentejo estão na dependência da Vice-Presidente da CCDRA, entre os quais o AURORAL (que tem nesta edição da Revista um lugar de destaque), mas também os Projetos Economia Circular e Transporte a Pedido.

Sobre o Projeto de Economia Circular – CircPro –, Carmen Carvalheira destaca a conjugação de esforços entre a CCDRA e as entidades da região - “O projeto de economia circular aproveitou o conhecimento de todas as entidades que juntaram à volta do Fórum da Economia Circular do Alentejo (FECA) e, nesta altura, estamos a fazer uma grande candidatura ao programa Horizonte 2020, nas áreas do Agrifood e isso vai permitir, ao mesmo tempo, aplicar o conhecimento desse projeto nos outros projetos que vão acontecendo em simultâneo”.

Este fórum que agrega várias iniciativas, tem como objetivo promover a Economia Circular (EC) na região através de interações regulares e sistemáticas entre os agentes de governação e os agentes que operacionalizam a EC na Região.

O FECA é um espaço onde a CCDR Alentejo, em conjunto com os parceiros regionais, discute a temática da Economia Circular. Baseia-se na troca de conhecimentos, contactos, experiências, projetos e da identificação de oportunidades ou constrangimentos.

O projeto Smart Circular Procurement – CircPro, apoiado pelo programa INTERREG Europe, visa promover uma transição para a Economia Circular, ao nível nacional e regional, através da sua implementação em processos e procedimentos.

O Projeto Transporte a Pedido – projeto piloto para a Região Alentejo – é especial para a Vice-Presidente da CCDRA.

Este projeto tem como objetivos disponibilizar uma solução de “Mobilidade Como Serviço do Alentejo” e garantir uma resposta adequada e complementar às necessidades dos cidadãos.

O Transporte a Pedido é um serviço disponibilizado pelos municípios aderentes - Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas, onde se encontra já, efetivamente, implementado e, ainda, Montemor-o-Novo, Alandroal, Moura, Beja, Mértola e Odemira, onde será, em breve, posto em prática.

No futuro, o objetivo passa por alargar esta plataforma a todos os concelhos da Região do Alentejo, nos quais a CCDRA tem competências de coordenação de políticas regionais.

O Projeto Transporte a Pedido foi elaborado ainda sem se saber se a candidatura seria ou não aprovada. O que aconteceu, segundo Carmen Carvalheira, é que “a candidatura das compras circulares foi aprovada, ao contrário da candidatura da mobilidade. Como o trabalho estava feito, fizemos a candidatura internamente “criámos a plataforma e depois fizemo-la crescer e é isso que ainda estamos a fazer. A primeira fase do projeto ainda não acabou, mas já estamos a trabalhar na próxima e, aí, já não seremos nós a apresentar a candidatura, mas iremos integrar parcerias dos projetos que queremos alargar a todo o território.

E, mais uma vez, Carmen Carvalheira gosta de exemplificar - “beneficiamos com o projeto as pessoas, que passam a ter um serviço de transporte em sítios onde eles não têm hipótese nenhuma de existir enquanto transporte público, nenhuma empresa de transportes quer ir a uma sítio que sabe que vai ter desgaste de veículos, combustível e depois não tem clientes. Têm vantagem os taxistas, neste momento, são os que estão a servir, mas tem vantagem, também, para os veículos que forem inseridos no projeto, porque vão fazer e vão receber por esse serviço e têm, também, vantagem os municípios, porque estão a fazer um trabalho em prol dos seus municípios”.

Se em termos de Projetos, o Transporte a Pedido é emblemático, a nível da missão da CCDRA, foram os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) que mereceram especial atenção da Vice-Presidente - “quando o anterior presidente me levou a conhecer os serviços fiquei curiosa em saber como é que a CCDR, em termos de sistema de informação geográfica, trabalhava, pois estes Sistemas são ferramentas muito importantes e, por isso, o meu objetivo foi sempre que a CCDR tivesse, como agora tem, um serviço específico de SIG”.

Sendo o único elemento da anterior Presidência, Carmen Carvalheira tem uma visão privilegiada - “há uma grande diferença entre os dois primeiros anos e a nova estratégia em que temos um Presidente e um Vice-Presidente eleitos. A responsabilidade agora é muito maior e as ambições também. Este é um caminho que se tem de fazer. Ainda não temos a autonomia que gostaríamos de ter e que, naturalmente, há de evoluir no sentido de uma intervenção alargada noutras áreas”.

Para a Vice-Presidente “as expectativas, agora, são muito mais altas. É suposto a CCDR ganhar uma importância acrescida, algo que foi perdendo e que está a ser recuperado por esta nova estratégia de avançarmos para a regionalização. Uma nova lei orgânica é necessária, porque aquilo que se pretende tem uma dimensão tão diferente do que era, que, naturalmente, temos de evoluir para uma nova lei orgânica, mas consciente que é um caminho que se percorre, por vezes não tão rápido como gostaríamos”.

# Potenciar a CCDRA como um verdadeiro centro de recursos de apoio aos agentes da região

Pode dizer-se que a chegada de Aníbal Costa à Vice-Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo aconteceu de uma forma natural, tendo em conta toda a preparação profissional e cívica que este “filho” de Ferreira do Alentejo, Licenciado em Gestão e Administração Pública (ISCSP/UTLisboa) com Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional (UÉvora) tem vindo a realizar ao longo dos anos.

Como ele próprio refere, sente-se “uma pessoa afortunada” porque, após completar o curso superior de gestão e administração pública, com especialidade em administração municipal, teve hipótese de trabalhar numa autarquia, acabando por ter sido eleito para presidir à Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Foi, portanto, um percurso gratificante, tal como é agora, pois “a experiência na autarquia é decisiva para o desempenho da minha atual missão”.

Aníbal Costa, que tem na CCDRA, entre outras responsabilidades, a área das autarquias locais, salienta que “qualquer responsável pela área das autarquias na CCDR deve ter alguma experiência autárquica, pois isso permite-nos ter uma visão mais objetiva e, ao mesmo tempo, um olhar global, numa região muito diversificada, com realidades completamente dispare, mas que tem uma matriz comum: ser Alentejo.”

Os doze anos de autarca deram-lhe uma visibilidade acrescida e, como diz “um à vontade ao nível de relacionamento direto com os autarcas da região, que será útil para o meu trabalho, para a própria região e para as autarquias”.

A responsabilidade que assumiu na CCDRA em relação às autarquias adveio do facto de, entre os três responsáveis da presidência da CCDR, ter experiência autárquica direta, “o que - foi-nos confidenciando -, fez com que esta área me fosse entregue, pois foi entendido que a minha experiência seria útil para o trabalho que a CCDR desenvolve nesta área”, referindo, ainda, que outro dos motivos por que aceitou este desafio, depois de ter assumido cargos de relevância a nível autárquico e nacional, teve que ver com o facto de, pela primeira vez, o cargo de Vice-Presidente da CCDRA resultar de uma eleição.

A sua experiência autárquica tem vindo a ser útil na mudança de paradigma da sua visão sobre o território: “o facto de eu ter feito este processo gradual a nível da administração autárquica permite-me, agora, ver o território a uma escala maior e possibilita-me analisar a intervenção que deve ser feita ao nível mais macro, pois um dos problemas para o desenvolvimento regional prende-se com a própria região que está muito dividida em várias unidades administrativas que são os municípios e que, tendo um papel fundamental e decisivo no território, não conseguem, nem é esse o seu papel, olhar o Alentejo como um todo”. Adiantou, ainda, o Vice-Presidente Aníbal Costa que “a CCDR tem essa vantagem e esse desígnio: olhar o global numa região muito diversificada, com realidades completamente dispare, mas que tem uma matriz comum; é precisamente esse facto que nos deve motivar aqui na CCDR, pois temos de ter



uma visão quase de país, temos de agir de uma forma mais global, mais abrangente e que pode ser decisiva para o desenvolvimento não só do Alentejo mas também do país, olhando sempre e tendo sempre em conta as diversidades regionais”.

A grande motivação desta nova missão tem que ver com a expectativa de que venha agora a concretizar-se com o novo governo que as CCDR passem a ter uma autonomia mais relevante na região, pois, para Aníbal Costa, a “CCDR é uma entidade incontornável na região sob vários pontos, com muitas responsabilidades a nível da organização do próprio processo de desenvolvimento, de apoio às entidades que existem no território e o facto de termos sido eleitos, naturalmente, traz responsabilidades acrescidas”.

“Quando percebi que poderíamos, enquanto região, dar, agora, um passo, digamos, mais democrático, acedi com gosto e empenho trabalhar para o desenvolvimento da nossa terra e região, até porque, na equipa que dirige a CCDRA, temos um ponto de vista comum: entendemos que o processo da criação de regiões administrativas em Portugal é muito importante e vai dar possibilidades ao Alentejo de dar um passo em frente no que ao desenvolvimento diz respeito”, referiu Aníbal Costa.

Questionado sobre o que quer para a CCDRA, Aníbal Costa foi rápido na resposta: “um dos propósitos da presidência e, naturalmente, meu, é tornar a CCDRA mais próxima das pessoas, ou seja, tornar a CCDR mais conhecida pelas populações em geral, mas também mais perto das autarquias”, adiantando que “essa é uma mais valia minha: o facto de ser um antigo autarca cria uma relação diferente com os autarcas, não só a nível institucional, mas principalmente a nível pessoal. Eu sei o que sentem os autarcas. Não quero com isto dizer que, anteriormente, não tenha havido esta cumplicidade e harmonia entre autarcas e responsáveis da CCDR, mas esta proximidade que existe entre autarcas e um antigo autarca cria laços diferentes, pois eles estão perante alguém que sabe das suas dificuldades e sabem que estamos aqui para ajudar a ultrapassar os problemas que vão surgindo”.

Para haver uma maior proximidade entre os agentes da região é importante que a CCDRA esteja à altura de responder às solicitações e é por isso que para Aníbal Costa “a organização interna na CCDR é muito importante para o cumprimento da sua missão. O que nós notámos quando aqui chegámos foi que havia uma certa estagnação ao nível dos recursos humanos no que à contratação diz respeito, mas também a nível das carreiras. Houve fatores nacionais que contribuíram para isso, quer aqui quer nas outras organizações do Estado”.

Para ultrapassar esses constrangimentos que provocam alguma desmotivação, Aníbal Costa refere que está a atuar em duas vertentes “uma, apostando forte na requalificação dos recursos humanos. Ainda não está tudo feito; o ideal ainda não foi conseguido, mas para lá caminhamos.

Temos falta de efetivos, somos 206, ainda temos margem para crescermos, mas estamos sempre limitados por questões económicas e financeiras; por isso a requalificação dos nossos recursos humanos é muito importante para podermos cumprir a nossa missão que também é dar apoio às autarquias locais e aí já estamos a atuar. Por exemplo: já fizemos dez ou doze ações de esclarecimento junto de técnicos das autarquias, temos um boletim técnico dirigido às autarquias - o CCDRA Autarquias. Estamos a tentar qualificar a CCDRA e dar também mais apoio no esclarecimento de conteúdos mais técnicos às autarquias, no sentido de potenciar a CCDRA como um verdadeiro centro de recursos, pois a CCDRA tem uma qualifi-

## “Um dos propósitos da presidência e, naturalmente minha, é tornar a CCDRA mais próxima das pessoas.”

cação técnica a vários níveis e várias áreas por que é responsável, e tem de partilhar essa informação com aquelas entidades, quer sejam câmaras municipais quer sejam juntas de freguesias ou CIM”.

A outra vertente, segundo o Vice-Presidente da CCDRA, é a requalificação das instalações: “temos vindo a fazer um esforço grande para requalificar o edifício sede no sentido da modernização, pois os nossos equipamentos estão obsoletos. Por exemplo, o nosso auditório tem de ser modernizado e só para isso é necessária uma verba avultada na ordem das dezenas de milhares de euros. Estamos a falar de um equipamento que é uma das principais valias do edifício sede da CCDR, pois serve não só a instituição, como a comunidade em geral e se, quando o edifício foi inaugurado, tínhamos equipamento de ponta, nesta altura, pouco ou nada foi modernizado, pelo que, a nível de equipamentos, está ao nível dos anos 90 do século passado, não respondendo, por isso, às necessidades tecnológicas atuais.

A pandemia veio também pôr a nu os problemas que existiam, mas também mostrou exemplos da qualidade e capacidade e de resiliência dos funcionários da CCDRA. A COVID veio obrigar-nos a um investimento grande em computadores: foram mais de 100 computadores que tivemos de adquirir para que continuássemos a fazer o nosso trabalho numa realidade nova que foi o teletrabalho”, disse Aníbal Costa, que acrescentou “a modernização tem de continuar para respondermos às novas necessidades; por isso, a aposta é na modernização dos equipamentos e na requalificação do edifício, nomeadamente em termos térmicos e de isolamento, isto sem falar nos serviços regionais, que também temos vindo a melhorar, quer em equipamentos quer em instalações, como, por exemplo, em Beja, onde temos problemas com as instalações, cuja resolução estará para breve.

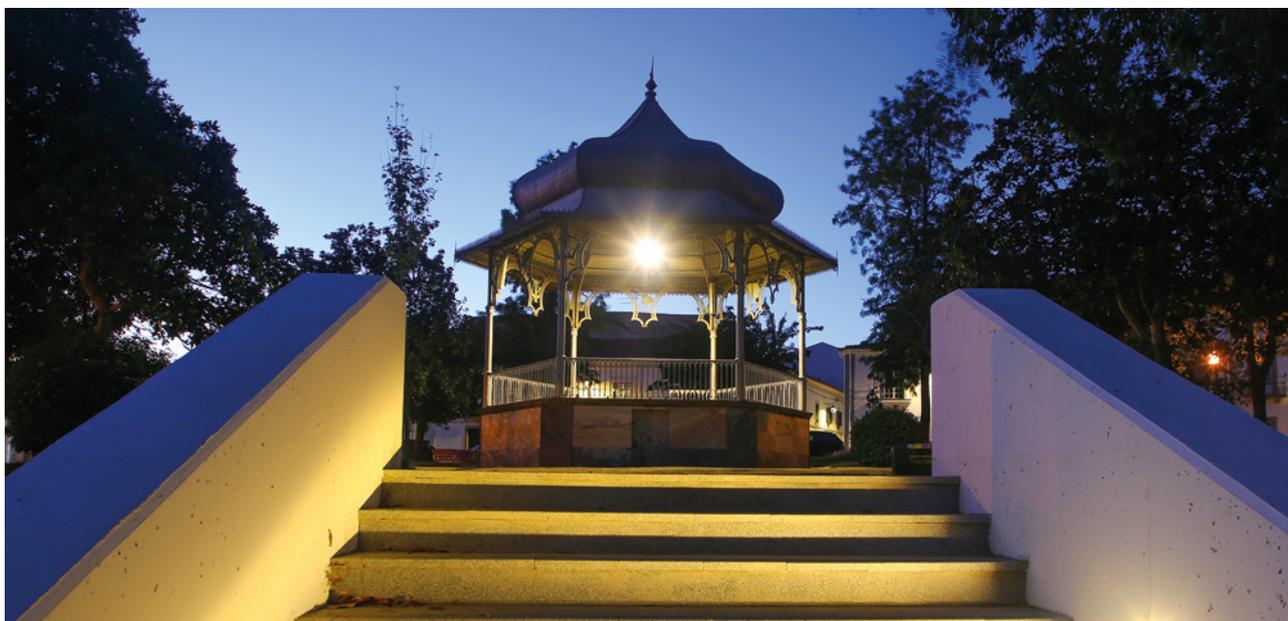
O teletrabalho foi um desafio muito grande, mas que nos mostrou, por exemplo, que temos uma equipa de informática muito empenhada e qualificada, pois em tempo *record* conseguiu articular tudo para que, de um momento para o outro, fosse possível todos nós trabalharmos a partir de casa. Pode parecer fácil ou simples, mas tudo isto só foi possível graças à qualidade dos nossos informáticos e também à grande capacidade de adaptação de todos os trabalhadores, podendo dizer-se que, apesar de tudo, nada ficou por ser feito.”

Aníbal Costa, um homem de sorriso franco, mostra-se orgulhoso do que já foi feito, mas, principalmente, muito determinado em cumprir a sua missão e os seus objetivos que são muito claros: “tornar a CCDRA mais próxima das pessoas, dos agentes económicos e das autarquias, promover a modernização da CCDRA e a qualificação interna dos recursos humanos, e tornar a CCDRA um embrião da regionalização, pois ao criar todas as condições e sendo todo o trabalho da CCDRA reconhecido, naturalmente, está dado o primeiro passo para o processo de regionalização, que eu continuo a acreditar ser fundamental para o país”.

# Programa Operacional com resultados positivos

—  
Texto

Gonçalo Fernandes Costa, Secretário Técnico da Unidade  
de Coordenação e Controlo do ALENTEJO 2020



O ano de 2021 foi um período extremamente exigente do ponto de vista da execução do Programa Operacional Regional do Alentejo, ALENTEJO 2020, por um conjunto alargado de fatores. Destacam-se, entre outros, a questão pandémica, que teve um impacto muito significativo, especialmente no início do ano, o que obrigou a que os contactos profissionais se processassem quase exclusivamente à distância e que alguns setores da economia suspendessem ou reduzissem significativamente a sua atividade com impactos diretos no desenvolvimento das operações e projetos aprovados.

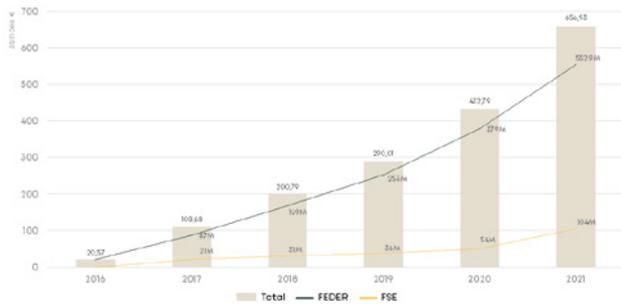
Decorrente da COVID-19 e da necessidade de fornecer uma resposta eficaz e imediata à crise económica e de saúde pública, foi elaborada uma proposta de reprogramação do Programa, aprovada pela Comissão Europeia em 09/09/2021, com vista ao apoio e manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida, apoiando o retorno dos trabalhadores após o fim do *lay-off*. Foram, também, implementadas outras medidas de apoio ao abrigo do CRII – Coronavírus Response Investment Initiative, como o Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), o Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Empresarial, o Garantir Cultura e a Escola

Digital – Reforço da Rede de Equipamentos Tecnológicos e de Conectividade, assim como o reforço da taxa de cofinanciamento de algumas operações.

Por outro lado, a carência de materiais e matérias primas, e o subsequente incremento exponencial de alguns preços, originou atrasos nas empreitadas de obras públicas e outras, levando a que vários concursos ficassem desertos. Tal implicou alterações profundas aos cronogramas inicialmente previstos, com a consequente necessidade de proceder a reprogramações das operações.

Apesar de todas estas condicionantes e dificuldades, podemos afirmar, hoje, que os resultados alcançados em 2021 foram extremamente positivos, uma vez que as metas contratualizadas com a tutela foram superadas. Em 2021, o Programa Operacional Regional do Alentejo alcançou 60,7% de taxa de execução - 61,2% FEDER e 57,8% FSE -, o que se traduz num aumento de mais de 20 pontos percentuais relativamente ao período homólogo anterior. Estas conquistas traduzem bem o esforço e enfoque que foi colocado nesta tarefa por parte de toda a estrutura, em condições, por vezes, difíceis de superar. Esta percentagem corresponde ao valor de fundo executado de € 656,9M, dos quais € 552,9M FEDER e € 104M FSE.

Seguidamente apresenta-se um gráfico com a evolução da execução do PO Alentejo ao longo dos anos:



Até final de 2021, foram abertos 490 Avisos de Abertura de Concurso, rececionadas 9 120 candidaturas e aprovadas 4 653 Operações.

O valor total do compromisso assumido é de € 1 292 212 103,43, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 119,3% - 122% FEDER e 104,7% FSE. Apesar de este valor poder parecer um pouco elevado, acautelará eventuais e expectáveis quebras de execução, permitindo, deste modo, que todos os fundos previstos e programados fiquem na Região e sejam postos ao serviço dos alentejanos.

Neste momento, a Autoridade de Gestão já está a desenvolver um conjunto de iniciativas, conjuntamente com os *stakeholders* regionais, de forma a reduzir este valor, aproximando-o dos limiares pretendidos.

Relativamente aos pagamentos, até final de 2021, o Programa Operacional Regional do Alentejo disponibilizou e colocou ao serviço da Região cerca de € 667M, contribuindo, deste modo, de forma decisiva para mitigar os efeitos da crise pandémica, económica e social e relançar a economia.

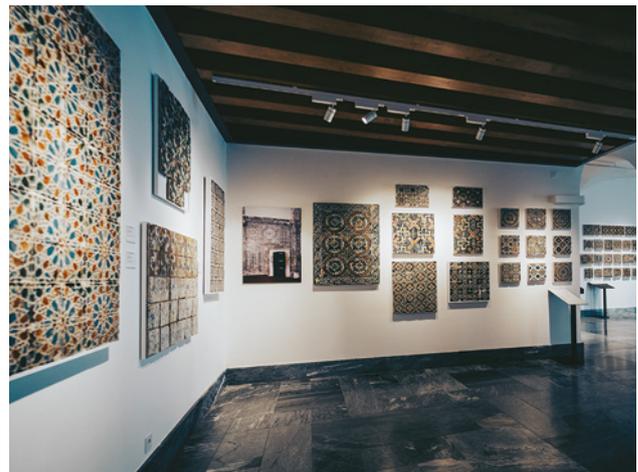
Ao nível dos resultados alcançados, salientam-se:

- 1) Equipamentos Sociais e de Saúde apoiados: 125;
- 2) População abrangida por serviços de saúde melhorados: 514 238;
- 3) Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas: 13 303;
- 4) Empresas que beneficiam de apoio: 806;
- 5) Aumento de emprego em empresas apoiadas: 1161;
- 6) Aumento do número esperado de visitantes nos sítios de património cultural e natural: 510 743;
- 7) Projetos de mobilidade apoiados: 60;
- 8) Espaços urbanos criados ou reabilitados em áreas urbanas: 742 375 m2
- 9) Projetos de I&D apoiados: 27;
- 10) Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais: 1647;
- 11) Bolseiros de doutoramento apoiados: 62;
- 12) Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar: 49;
- 13) Participantes em ações de trabalho socialmente necessário: 11 708

Em 2021, foram, também, elaborados e aprovados os exercícios de *overbooking* FSE e FEDER, eixos 1 e 3, sendo que o dos restantes eixos se encontra em processo de revisão.

Para 2022, os desafios continuarão a ser enormes! A meta de execução encontra-se colocada nos 80,5%, o que implicará a

manutenção do *forcing* e enfoque de toda a estrutura nesta tarefa e nos trabalhos inerentes ao encerramento. Simultaneamente, decorrem todos os processos inerentes à construção e à aprovação do próximo quadro comunitário de apoio, que representará o principal instrumento financeiro ao dispor da Região Alentejo para a implementação da sua estratégia de desenvolvimento regional para o próximo período de programação, que se estenderá pelos próximos anos.





ALENTEJO 2030

# Programa Operacional Regional Alentejo 2030 – Enquadramento e Prioridades

—  
Texto

Joaquim Fialho, Diretor Regional de Desenvolvimento Regional da CCDR Alentejo, e Tiago Teotónio Pereira, Técnico Superior da CCDR Alentejo

A CCDR Alentejo, enquanto entidade responsável pela coordenação do processo de elaboração dos documentos enquadreadores da Região – Estratégia de Desenvolvimento Regional, Estratégia Regional de Especialização Inteligente, Planos de Ação e Programa Operacional Regional do Alentejo, assumiu como determinante a parceria empenhada dos atores regionais representativos das dimensões política, económica, social, ambiental, cultural e associativa, bem como dos cidadãos.

A programação dinamizou, desde o início e em momentos-chave, a participação qualificada dos parceiros económicos, sociais e territoriais da Região, tendo em vista garantir o envolvimento dos intervenientes relevantes a nível regional, sub-regional e local, nas diferentes etapas da programação, considerando o POR como principal instrumento de financiamento da Estratégia de Desenvolvimento do Alentejo.

A Estratégia Regional Alentejo 2030 constitui a estrutura central do processo de planeamento e programação do desenvolvimento regional no pós-2020. Trata-se de um quadro de referência facilitador dos processos de programação e acesso a recursos de financiamento objetivos orientados para atenuar os efeitos do constrangimento demográfico, dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e a adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água, consolidar o sistema regional de conhecimento e de inovação, melhorar as condições de suporte à atividade económica e reforçar a resiliência e articulação do sistema urbano regional.

No aprofundamento da estratégia regional, em articulação com os Programas Financiadores e de acordo com as Orientações para a Estruturação das Estratégias Regionais NUTS II, a CCDR Alentejo procedeu à elaboração de oito Planos de Ação para



# ALENTEJO 2030

Programa Operacional  
Regional do Alentejo

consolidar o processo de programação/negociação do período 2021-2027. A elaboração dos Planos de Ação procurou estabelecer a ligação entre a Estratégia e os Programas Financiadores, nomeadamente nos domínios da provisão e acesso aos serviços, da sustentabilidade territorial, da gestão da água, do conhecimento e inovação, do acolhimento empresarial e da logística, da qualificação, do emprego e da inclusão social, da cooperação e da capacitação.

Nesta sequência programática, o Programa Operacional Regional Alentejo 2030, reflete as opções nacionais consubstanciadas no Acordo de Parceria, designadamente na articulação dos PO Temáticos com o PO Regional, bem como os Desafios da Estratégia de Desenvolvimento Regional, incidindo nos vetores-chave relacionados com a revitalização demográfica, a sustentabilidade territorial e valorização do capital natural, a consolidação do Sistema Regional de Inovação, a valorização económica de recursos e ativos regionais e o reforço do Sistema Urbano Regional, beneficiando de um impulso nas condições de governação e de ação coletiva regional.



Cruzando os desafios regionais com os diferentes parâmetros da programação 2021-2027, referem-se, em traços gerais, os elementos fundamentais da estrutura do PO Regional Alentejo 2030:

- OP1 – ALENTEJO + COMPETITIVO E INTELIGENTE com destaque para o reforço da competitividade das PME e de digitalização do território com aposta na conectividade digital e no desenvolvimento das competências de especialização inteligente com particular reforço da investigação e inovação. A aposta na inovação é central no objetivo de alterar o perfil de especialização da região, aumentando o valor acrescentado da oferta regional e promovendo a ascensão das empresas do Alentejo nas cadeias de valor nacionais e internacionais e o ganho de quotas de mercado.

- OP2 – ALENTEJO + VERDE, com realce para a gestão sustentável da água e resíduos, promoção da transição para uma economia circular, aposta na mobilidade urbana multimodal sustentável e no estabelecimento de comunidades de energia renovável no território. As ações relacionadas com a água, origem e consumo, gestão e eficiência são fundamentais, tendo em conta os usos atuais e futuros e a sua conjugação com os cenários de alterações climáticas e de intensificação da escassez deste recurso com o previsível aumento da intensidade e frequência de fenómenos climáticos extremos de cheias e secas.

- OP3 – ALENTEJO + CONECTADO, destinado à mobilidade regional na vertente ferroviária com particular incidência na melhoria das condições infraestruturais na linha do Alentejo.

- OP4 – ALENTEJO + SOCIAL E INCLUSIVO com especial aposta nas medidas de apoio ao emprego e mobilidade para o interior, na contratação de recursos humanos altamente qualificados, no apoio à formação, às infraestruturas e equipamentos de educação e de saúde, bem como uma aposta clara no turismo e no património cultural. Numa perspetiva de qualificação do capital humano e de atratividade diferenciadora da Região, é importante a aposta na qualificação e nas competências certas e ajustadas, a par da oferta de serviços de qualidade e da potenciação e promoção do destino Alentejo para trabalhadores que utilizam maioritariamente o trabalho remoto e que encontram na Região novas formas de conciliação da vida profissional e pessoal com estilos de vida mais sustentáveis.

- OP5 – ALENTEJO TERRITORIALMENTE + COESO, continuando a fomentar o desenvolvimento social, económico e ambiental local, em áreas urbanas e não urbanas, salientando-se os Instrumentos Territoriais e o Plano Territorial para a Transição Justa. Reforçando o caminho da programação sub-regional ao nível das NUTS III, aprofundando o modelo de desenvolvimento e articulação do sistema urbano e abrindo espaço para abordagens inovadoras de base territorial que privilegiem a consolidação de parcerias.

A prioridade do Programa Operacional Regional Alentejo 2030 é a resposta aos desafios demográficos da região num contexto de transições verde e digital e de aumento dos fluxos de conhecimento e inovação, sem comprometer as vertentes de qualificação e resiliência do território e com a intenção de não antagonizar competitividade e coesão territorial.

É uma ambição para a próxima década, na qual devemos continuar a apostar, apesar das significativas incertezas e turbulências globais que estamos a atravessar no encontro entre a crise pandémica e a guerra na Europa com impactes ainda difíceis de antever e que se espera que tenham instrumentos próprios a nível comunitário e nacional.

# Transporte a Pedido

Texto

Joaquim Condeça,  
Chefe de Divisão  
de Sistemas  
de Informação  
Geográfica

Como é sabido, no Alentejo há territórios com povoamento rarefeito e de baixa densidade, cujas necessidades de transporte não conseguem ser eficientemente asseguradas pelo transporte coletivo regular, com rotas e horários fixos, uma vez que economicamente é pouco viável e pouco atrativo.

Assim, para assegurar a mobilidade da população em espaço rural e promover a inclusão social, é necessário um novo tipo de oferta de transportes, que permita uma cobertura territorial mais ampla, com níveis de serviço adequados e com custos controlados. Nesse sentido, importa reforçar a capacidade técnica dos agentes públicos envolvidos na prestação aos cidadãos de serviços eficientes no domínio da acessibilidade e mobilidade, recorrendo às potencialidades das novas tecnologias de informação como suporte para a prestação de serviços inovadores que respondam aos desafios sociais e reforcem a coesão territorial.



É neste contexto que tem vindo a ser progressivamente implementada uma fase piloto do Projeto de Transporte a Pedido da Região do Alentejo, que tem como objetivo disponibilizar uma solução de “Mobilidade Como Serviço” em territórios de muito baixa densidade e garantir uma resposta adequada e complementar às necessidades dos cidadãos, contando para o efeito com o envolvimento das autarquias.

Procura-se, com este projeto, garantir as acessibilidades a toda a população que, até hoje, não dispõe de proximidade a transportes públicos, complementando os serviços existentes e nunca se sobrepondo à oferta existente, procurando antes aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente e proporcionar a oferta do serviço em áreas e/ou períodos do dia ou ano nos quais esta oferta não existe ou é deficitária.

Assim, o projeto de Transporte a Pedido é baseado na flexibilização da oferta, com vista à sua melhor adaptação à procura existente, reduzindo os custos de exploração e otimizando as condições de serviço. Procura agregar as vantagens de maior flexibilidade, associadas aos táxis, com as vantagens de custos mais baixos, associados aos autocarros.

Todo o conceito assenta em duas grandes componentes: uma plataforma eletrónica e um serviço de atendimento e reservas. A plataforma eletrónica é responsável por toda a componente de gestão, otimização e comunicação da informação e permite que os vários intervenientes possam interagir através de vários canais de comunicação, garantindo toda a qualidade, segurança e confidencialidade do serviço. Complementarmente, é através do serviço de atendimento e reservas, que tem contratualizada uma linha de telefone própria, que são registados e confirmados todos os pedidos de transporte e é prestado o apoio aos vários intervenientes no processo.

À semelhança do transporte coletivo regular, existem circuitos, paragens e horários a definir pelas diferentes autarquias. No entanto, os serviços de transporte a pedido distinguem-se do transporte regular porque o cliente é que desencadeia a viagem através do seu pedido para uma central de reservas. Deste modo, as viaturas só efetuam os percursos se, antecipadamente, o serviço tiver sido solicitado e só vão às paragens que tiverem reservas.

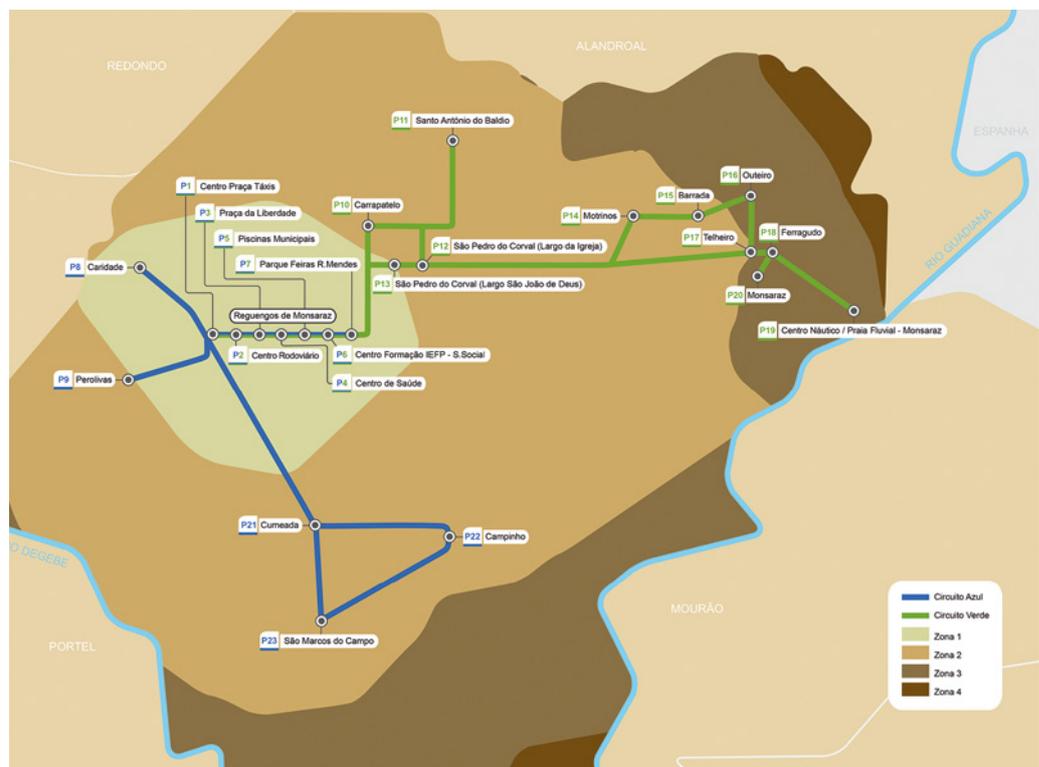
Numa lógica de articulação regional, são os municípios que, na prática, disponibilizam o serviço em articulação com os operadores. A CCDR Alentejo assume o papel de coordenador e facilitador com

vista a garantir a disponibilidade da gestão, sendo responsável por esta modelação dos percursos, usando os seus Sistemas de Informação Geográfica.

Numa fase piloto inicial, o projeto abrange 8 concelhos: Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas, onde se encontra já efetivamente implementado e, ainda, Montemor-o-Novo, Alandroal, Moura, Beja, Mértola e Odemira, onde será, em breve, posto em prática, tanto que foi já criada a sinalética para identificar as paragens e preparadas as brochuras de divulgação das paragens, circuitos e horários.

De notar que o número, diversidade e capacidade de articulação dos agentes envolvidos nesta fase do projeto contribui não apenas para o seu fortalecimento, mas também para conferir maior consistência numa posterior transferência dos resultados da sua aplicação para outras áreas territoriais da Região do Alentejo; é, de resto, neste contexto que se enquadra a integração do Hospital do Espírito Santo de Évora no âmbito do Projeto, respeitando a sua especificidade, no sentido de reforçar a aproximação entre o Hospital e os seus utentes e, ainda, maximizar o aproveitamento das deslocações a realizar para melhorar as condições de acessibilidade das populações.

Para uma segunda fase, a iniciar logo que a consolidação do projeto o justifique, prevê-se o seu alargamento aos restantes municípios em fases posteriores, no sentido de permitir ligar toda a região, o que implicará futuros ajustamentos da estrutura da plataforma. De resto, a flexibilidade deste projeto permite a introdução de alterações ou atualizações a qualquer momento e promover, inclusivamente, a articulação com outros modos de transporte mais sustentáveis que no futuro venham a ser associados pelos municípios como alternativa ou complementaridade de mobilidade, contribuindo, desta forma, para a sua sustentabilidade ao longos dos anos.



# O AURORAL no Alentejo

Texto

Patrícia Silva,  
Diretora de  
Serviços de  
Fiscalização

A transformação digital há muito que deixou de ser apenas um conceito para fazer parte do nosso dia a dia. Mas há que fazer mais e melhor, construir um caminho que permita à região Alentejo tornar-se mais sustentável e competitiva, mais justa e inclusiva, em direção a um melhor futuro europeu comum.

O projeto Auroral de que a CCDR Alentejo é líder veio colocar à região este desafio da inovação digital, da criação de uma região inteligente através de uma *middleware* capaz de aumentar a conectividade e fornecer um ambiente digital através de plataformas de serviços interoperáveis entre si.

O Consórcio do Auroral é formado por 25 parceiros de 10 países, com o objetivo da criação de serviços digitais inovadores centrados nas zonas rurais em 5 domínios inteligentes: Saúde, Mobilidade, Energia, Agricultura e Turismo. Esses domínios são aplicáveis em 8 zonas Piloto durante os 4 anos de projeto, replicáveis e dissemináveis em quaisquer outras zonas rurais.

O Piloto na Região Alentejo envolve a criação de serviços digitais inovadores em zonas rurais nos 5 domínios inteligentes do AURORAL, cujos objetivos estão totalmente alinhados com a estratégia de desenvolvimento regional promovida pela CCDR Alentejo.

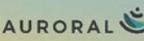
As soluções digitais inovadoras e interoperáveis vão ser implementadas em vários locais piloto no Alentejo e vão centrar-se em domínios como o Envelhecimento Saudável; soluções de Mobilidade; Eficiência dos recursos públicos; Gestão Integrada de destinos turísticos no Alentejo; Agricultura In-

teligente e mais eficiente, e por último, nas questões das Competências Digitais.

Uma das palavras-chave do Auroral é a interoperabilidade que significa, no fundo, a capacidade de um sistema comunicar de uma forma transparente com outro sistema, semelhante ou não, com segurança. Não falamos todos a mesma língua, mas podemos entender-nos todos na mesma linguagem. Podemos e devemos porque comunicar é a nossa essência. Por isso, torna-se urgente resolver os problemas da exclusão digital, refletir e trabalhar sobre as questões de disseminação da informação e da sua disponibilização como fator essencial de desenvolvimento para a Região.

Não somos todos do mesmo país, temos identidades e culturas diferentes. Mas há um ponto em comum em todas as regiões rurais presentes neste projeto e que fará toda a diferença no seu resultado: somos todos europeus! Somos Europa!



The project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement N° 101015864.


H2020 - AURORAL

Architecture for Unified Regional and Open digital ecosystems for Smart Communities and Rural Areas Large scale application

REGIÃO PILOTO ALENTEJO

---

Serviços digitais que criam massa crítica nas zonas rurais do Alentejo (Portugal)

# Novo Acordo EUROAAA



—  
Texto  
Sandra Jorge,  
Chefe de  
Divisão de  
Cooperação e  
Promoção

As regiões do Alentejo, do Algarve e da Andaluzia possuem um longo caminho na cooperação transfronteiriça.

Desde os anos noventa que vêm estabelecendo acordos no sentido de estreitar as relações de cooperação transfronteiriça, com o particular sentido de aproximar os povos de ambos os lados da fronteira, promover o desenvolvimento sustentado dos seus territórios e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos.

Neste contexto, tem vindo a ser promovida a cooperação transfronteiriça nas diferentes áreas em que a atividade e a relação conjunta de trabalho e cooperação se podem desenvolver, como cultura, educação, desporto, inovação e desenvolvimento tecnológico, economia, emprego, turismo, agricultura, proteção civil, saúde, entre outras.

A região da Andaluzia estabeleceu Protocolos de Cooperação com a região do Algarve em 27 de julho de 1995, e com a região do Alentejo em 25 de janeiro de 2001.

Em 5 de maio de 2010, as três regiões assinaram um Acordo de Cooperação Transfronteiriça para a Criação da Comunidade de Trabalho “Eurorregião Alentejo-Algarve-Andaluzia”, vulgarmente designada por EUROAAA, o qual tem sido a base das atividades de cooperação que se têm desenvolvido em conjunto, apoiado nas equipas que integram os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças (GIT) e também pelos Programas de Iniciativa Comunitária INTERREG, assim como pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), que suporta financeiramente a aprovação de projetos comuns entre a Andaluzia e as regiões do Alentejo e/ou do Algarve. Ficou estabelecido que este Acordo teria uma vigência de 10 anos.

Na reunião realizada em Sevilha em 29 de julho de 2020, foi considerado pelos presidentes das regiões do Alentejo, do Algarve e da Andaluzia que seria importante proceder à renovação do Acordo estabelecido em 2010.

Com este objetivo, decorreu a 2 de março de 2022, em Faro, a cerimónia de assinatura do Novo Acordo de Cooperação Transfronteiriça da Comunidade de Trabalho da Eurorregião Alentejo-Algarve-Andaluzia (EUROAAA), documento que foi subscrito pelos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais do Alentejo, António Ceia da Silva, do Algarve, José Apolinário Nunes Portada, e pelo presidente da Junta da Andaluzia, Juan Manuel Moreno Bonilla, sendo, este último o atual presidente da Eurorregião, e na qual estiveram presentes a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e a Senhora Secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira.

Encontra-se, assim, firmado pelas três regiões um novo Acordo de Cooperação que permitirá dar continuidade ao trabalho desenvolvido e atualizar o plano de ação da Eurorregião neste novo ciclo, aprofundando a cooperação inter-regional e impulsionando o progresso dos diferentes setores e áreas de atividade e a criação de projetos conjuntos que beneficiem os territórios que integram as três regiões.

CCDR Alentejo / Gabinete de Iniciativas  
Transfronteiriças

*O texto integral do Protocolo de Cooperação Transfronteiriça da Comunidade de Trabalho “Eurorregião Alentejo-Algarve-Andaluzia” encontra-se publicado no Despacho nº 3399/2022, em Diário da Republica, 2ª série (parte C), nº 57, de 22 de março de 2022.*

## Rede para a promoção da qualificação e do conhecimento do Alentejo



Textos  
Teresa Godinho,  
Chefe de Divisão  
de Planeamento  
e Avaliação

Projeto que visa a constituição de uma rede de parceiros regionais no domínio da promoção da qualificação e do conhecimento do Alentejo, envolvendo dez parceiros. A CCDR lidera este projeto que foi objeto de candidatura ao Alentejo 2020, no âmbito do Reforço e Capacitação de Redes Regionais, integrado no domínio temático da Competitividade e Internacionalização.

O projeto surgiu do diagnóstico regional sobre as condicionantes e os novos desafios relacionadas com a educação e qualificação, num território extenso e de baixa densidade populacional, numa perspetiva de desafiar o futuro e encontrar novos caminhos e novas soluções, considerando a educação e o conhecimento estruturantes para o desenvolvimento.

A parceria inclui a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR), as

CIM do Alto Alentejo, do Alentejo Central, do Baixo Alentejo, do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo, a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT), o Instituto Padre António Vieira (IPAV) e a Universidade de Évora (UE). No conjunto, a parceria desenvolve 29 atividades e prevê um investimento global de 1.443.106€ e com início em agosto de 2020 e a conclusão em 31 de dezembro de 2022.

Cada um dos parceiros desenvolve metodologias de trabalho que envolverão os setores, as instituições e a sociedade civil, no sentido de ter um enfoque territorial de proximidade integrado. No passado dia 15 de março a CCDRA promoveu um Seminário onde foram apresentados e debatidos alguns dos trabalhos em curso.

## Rede para o acesso aos serviços de interesse geral do Alentejo

Projeto que visa a constituição de uma rede de parceiros regionais no domínio do acesso aos serviços de interesse geral do Alentejo, envolvendo oito parceiros. A CCDR lidera este projeto, que foi objeto de candidatura ao Alentejo 2020, no âmbito do Reforço e Capacitação de Redes Regionais, integrado no domínio temático da Competitividade e Internacionalização.

O projeto surgiu do diagnóstico regional sobre os novos desafios à articulação entre a oferta e a procura de serviços de interesse geral num contexto de mudança. Numa perspetiva de que “os serviços de interesse geral têm de ser prestados de forma contínua (princípio da continuidade), com níveis adequados de qualidade e segurança (princípio da qualidade do serviço), garantindo-se o mais possível a participação e informação dos utentes (princípio da participação e transparência).

A parceria inclui a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR), as CIM do Alto Alentejo, do Alentejo Central, do Baixo Alentejo, do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo, a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e a Universidade de Évora (UE). No conjunto, a parceria desenvolve 29 atividades e prevê um investimento global de 1.498.003€ e com início em agosto de 2020 e a conclusão em 31 de dezembro de 2022.

Os Serviços de Interesse Geral, numa abordagem integrada, são um fator de equidade e coesão territorial, particularmente importantes nos territórios de baixa densidade, como o Alentejo. No seminário do dia 15 de março, já acima referenciado, também foram apresentados e discutidos alguns dos trabalhos em curso, no âmbito desta rede.

## **Prestação de serviços de qualidade a todos – estudo de caso do Alentejo**

Com o envolvimento da CCDR Alentejo, em articulação com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AdC), a OCDE desenvolveu um trabalho sobre a provisão de serviços em territórios de baixa densidade, no âmbito das abordagens para preparar as regiões para as mudanças demográficas, e com enfoque nos serviços de educação e na governança, tendo o Alentejo como estudo de caso com importância relevante para a definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional.

O relatório final foi apresentado no passado dia 15 de março, numa sessão bastante participada, envolvendo parceiros regionais, entidades nacionais e internacionais, procurando recolher boas práticas relacionadas com a provisão de serviços nos territórios de mais baixa densidade.

As recomendações do estudo, distribuídas por várias áreas e níveis de atuação, serão objeto de reflexão com os parceiros regionais e os representantes do setor da educação para se perceber a capacidade e a metodologia de operacionalização.

## **Um futuro para as regiões menos desenvolvidas - promover a implementação de estratégias territoriais**

O envolvimento da CCDR Alentejo, como parceiro associado, por convite do Ministério Federal Alemão do Interior, Construção e Comunidade (BMI), entidade que lidera este projeto, o qual inclui uma ação piloto com enfoque nos serviços de interesse geral em regiões com fragilidade estrutural. A ação piloto será implementada até 2023 por uma parceria multinível formada por três regiões alemãs e três regiões de outros estados membros europeus. Visa aprofundar um entendimento comum e trocar experiências sobre como o desenvolvimento do território pode contribuir para implementar os objetivos comuns da Agenda Territorial Europeia 2030 (TAEU 2030).

O projeto visa a implementação das metas da Agenda Territorial Europeia (TAEU 2030), utilizando instrumentos de planeamento regional e setorial para melhorar a provisão de serviços de interesse geral através de abordagens de desenvolvimento integrado.

### ***Labelscape***

Envolvimento da CCDR Alentejo, como parceiro, neste projeto coordenado pela Rede de Competências para o Desenvolvimento e Inovação (RCDI) e cofinanciado pelo programa Interreg Mediterranean. O trabalho tem vindo a decorrer desde 2015, visando constituir a certificação de sustentabilidade como um fator chave para a competitividade do turismo na Região. São já visíveis re-

sultados significativos, nomeadamente no Subsetor do Alojamento Hoteleiro e TER – Turismo em Espaço Rural, contando a ERT – Entidade Regional de Turismo com a colaboração da entidade certificadora Biosphere Portugal, selecionada através de concurso público.

As ações visam essencialmente o reforço do papel dos municípios no processo de certificação de sustentabilidade, a certificação de sustentabilidade das rotas turísticas e das redes de oferta, o envolvimento da APECATE – Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos no processo de certificação de sustentabilidade dos agentes de animação turística e a redefinição dos apoios financeiros para a certificação da sustentabilidade.

## **+ Resilient**

O envolvimento da CCDR Alentejo, como parceiro associado, neste projeto coordenado pela Rede de Competências para o Desenvolvimento e Inovação (RCDI) e cofinanciado pelo programa Interreg Mediterranean.

Projeto no âmbito da inovação social, temática relevante para o desenvolvimento do Alentejo e um dos pilares de afirmação da Região, integrando emprego, inclusão e desenvolvimento local como elementos essenciais. Neste âmbito, o trabalho em rede e a troca de experiências potenciam a ação das organizações da economia social e podem reforçar os elementos de intermediação presentes no território para uma mais eficaz e eficiente implementação de medidas ativas de inovação e inclusão social.

O envolvimento da CCDR Alentejo tem permitido reforçar as abordagens conjuntas e o trabalho em rede, tendo sido já definido o protótipo da plataforma “Bússola Social” desenvolvida pela DECSIS e destinada ao cidadão que procura uma resposta social para determinado problema. Nesta fase, os dados estão focados no Alentejo Central, mas pretende-se que a Plataforma seja extensível a todo o Alentejo. Esta extensão passará a ser liderada pela Fundação Alentejo (um dos parceiros), sendo necessário procurar financiamento para a nova fase do projeto.

## **Guardiões**

O envolvimento da CCDR Alentejo na parceria com o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e o Fórum da Energia e Clima financiado pelo Alentejo 2020 com enfoque na sensibilização e educação ambiental, formação e informação através da concretização de ações em matéria de ambiente, descarbonização da economia e desenvolvimento económico e social, a partir das oportunidades geradas na economia verde.

O projeto tem o enfoque nas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas, aspeto particularmente importante no Alentejo e, como tal, desafio presente na estratégia de desenvolvimento regional. Desenvolvendo trabalho para um futuro mais sustentável, o projeto visa a compreensão do fenómeno das alterações climáticas e o desenvolvimento das melhores soluções aplicáveis à região do Alentejo, contribuindo para o aumento da resiliência aos impactos decorrentes das alterações climáticas.

# Recenseamento de 2021 - Resultados preliminares

—  
Texto  
Amável Candeias  
Sociólogo, Mestre em Família e População,  
e Técnico Superior da Direção de Serviços  
de Desenvolvimento Regional da CCDR Alentejo

## População residente

O Censo de 2021 mostra, nos seus resultados preliminares, que a demografia do Alentejo continua a assumir-se como uma das principais fraquezas regionais, dado o reduzido efetivo populacional da generalidade dos concelhos alentejanos.

No contexto nacional, o Alentejo, uma região que representa cerca de 1/3 do território nacional, apresenta um efetivo populacional correspondente a 6,8% da população do país. Se não considerarmos a Lezíria do Tejo, este valor desce para os 4,5%.

Em termos comparativos, ao nível das NUTS III, o Alentejo apresenta-se como a quarta região com menos população residente, à frente, somente, das regiões autónomas da Madeira e dos Açores e do Algarve.

No contexto intrarregional, a população distribui-se de uma forma assimétrica pelas NUTS III, sendo a Lezíria do Tejo a mais povoada, com 33,5% da população regional, e o Alentejo o Litoral a mais pequena, com apenas 13,7% dos residentes no Alentejo.

No nível concelhio, a dimensão média dos concelhos pouco ultrapassa os 12 mil residentes, sendo que 27,6% deles têm um efetivo populacional inferior a 5 mil habitantes.

Pouco mais de 21% dos concelhos têm um efetivo populacional superior a 20 mil habitantes e apenas 2 municípios (3,4%) têm uma população residente, em número, superior a 50 mil pessoas.

A grande maioria dos concelhos (50%) são aglomerados urbanos que albergam efetivos populacionais situados entre os 5 mil e os 20 mil habitantes.

## Variação Populacional

Os resultados preliminares do Censo de 2021 vêm evidenciar a problemática da demografia nacional, patente no decréscimo de 2% dos residentes no território nacional.

Ao nível da NUTS II, só apresentam variações populacionais positivas a AM de Lisboa (1,7%) e, em particular, o Algarve que cresce cerca de 4%, constituindo-se assim como exceções no contexto regional. O Alentejo apresenta os maiores *déficits* demográficos, que atingem valores próximos dos -7% e que aumentam para -8,1%, se considerarmos a Região sem a Lezíria do Tejo. No período de dez anos, a região do Alentejo perdeu mais de 52 mil habitantes, o que corresponde a uma redução de mais de 5 mil residentes por ano.

No contexto intrarregional, a variação negativa estende-se a todas as sub-regiões, afetando mais aquelas que já tinham um cenário demográfico mais deprimido, como é o caso do Alto Alentejo, que perde 11,4% dos residentes, e do Baixo Alentejo, que sofre uma redução de 9,3%. O Alentejo Cen-

### CONCELHOS POR DIMENSÃO POPULACIONAL

Dimensão	Concelhos	
	Nº	%
-5000	16	27,6
5000 a 10000	19	32,8
10000 a 20000	10	17,2
20000 a 50000	11	19,0
+ 50000	2	3,4
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

### VARIAÇÃO POPULACIONAL – ALENTEJO – 2011-2021

Variação	Concelhos	
	Nº	%
-20 %	2	3,4
-20 a -10 %	29	50,0
-10 a -5 %	18	31,0
-5 a 0 %	7	12,1
> 0 %	2	3,4
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

tral contrai-se 8,3%, sendo a Lezíria do Tejo, com -4,6%, e o Alentejo Litoral, com -1,5%, os territórios menos afetados.

Ao nível concelhio, só dois concelhos resistem à sangria demográfica: Benavente, que cresce 2,5% e, em particular, Odemira que, beneficiando da fixação de população imigrante, aumenta 13,3%.

Todos os restantes concelhos sofrem diminuições do seu efetivo populacional. Os concelhos de Barrancos e de Nisa perdem mais de 1/5 dos residentes, sendo que metade dos municípios (29) apresenta reduções compreendidas entre os -20 e os -10%. Só sete concelhos (12,1%) apresentam diminuições populacionais inferiores a -5%.

## Alojamentos

Apesar da redução demográfica que se verificou em Portugal, o número de alojamentos familiares e coletivos registou, no período de 2011 a 2021, ao nível nacional, um aumento de 1,4%, o que representa um aumento superior a 82 mil alojamentos.

Este crescimento verificou-se em todas as NUTS II, com particular incidência no Algarve e nos Açores, ambas as regiões com crescimento de 2,8%.

No Alentejo, o aumento verificado foi o mais baixo, 0,4%, com a particularidade de, na região considerada, sem a Lezíria do Tejo, se ter verificado um crescimento superior dos alojamentos, em dobro, atingindo os 0,8%.

Isto deve-se ao facto de na Lezíria do Tejo se ter verificado um decréscimo de -0,5% do número dos alojamentos e no Alto Alentejo este número ter estagnado. Nas restantes NUTS III do Alentejo, a variação foi positiva, embora com valores próximos de zero, à exceção do Alentejo Litoral que registou um aumento de 3,2%.

É justamente no Alentejo Litoral que se situa um dos concelhos com maior variação positiva, Odemira, com 6,3%, só superado por Campo Maior, onde o aumento no número de alojamentos atingiu os 6,5%.

De uma forma geral, podemos dizer que cerca de metade dos concelhos (48,3%) registam aumentos no número de alojamentos, sendo que, naqueles que tiveram reduções nas habitações, se destacam quatro com diminuições superiores a -2,5% (Coruche -5,8%, Cuba -4%, Avis -3,1% e Moura -2,5%).

## Edifícios

A variação do número de edifícios aparece de uma forma muito simétrica à verificada ao nível dos alojamentos, registando Portugal um aumento de 1,2% nas edificações, traduzido num efetivo superior de 42 mil edifícios.

Da mesma forma, a generalidade das NUTS II registou aumentos do parque edificado, à exceção da Madeira, que registou uma ligeira diminuição de -0,1%. O Alentejo viu as suas edificações crescerem em 0,6%, mais de 2400 edifícios. Se não se contemplar a Lezíria do Tejo, a variação no Alentejo cresce para 1%. Mesmo assim, é um dos crescimentos mais baixos, em conjunto com a região Centro (-0,6%).

No contexto intrarregional, regista-se alguma assimetria, com a Lezíria do Tejo e o Alto Alentejo a contraírem o seu património edificado em -0,3 e -0,1% respetivamente, enquanto o Alentejo Litoral regista um aumento de 2,7%. O Alentejo Central e o Baixo Alentejo registam um crescimento próximos de 1%.

Aumentos à volta dos 4% registaram-se em Odemira, Reguengos de Monsaraz e Grândola, enquanto a maior redução se verificou em Coruche, que perdeu cerca de -5 % do património edificado.

Mesmo assim, mais de 58% dos concelhos do Alentejo tiveram variações positivas no número de edifícios existentes no território concelhio.

Fonte: INE

### VARIAÇÃO ALOJAMENTOS – ALENTEJO – 2011-2021

Variação	Concelhos	
	Nº	%
-5 %	1	1,7
-5 a -2,5%	4	6,9
-2,5 a 0 %	25	43,1
0 a 2,5 %	23	39,7
> 2,5 %	5	8,6
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

### VARIAÇÃO EDIFÍCIOS – ALENTEJO – 2011-2021

Dimensão	Concelhos	
	Nº	%
-5 a -2,5%	4	6,9
-2,5 a 0 %	20	34,5
0 a 2,5 %	26	44,8
> 2,5 %	8	13,8
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

# A inclusão social de migrantes convoca uma atuação concertada entre o Estado, Autarquias Locais e Sociedade Civil



---

Texto  
Luis Santos,  
Diretor de  
Serviços de  
Apoio Jurídico e  
à Administração  
Local

Segundo o Alto Comissariado para as Migrações, Portugal tem registado uma evolução muito positiva, quer no âmbito das políticas quer das práticas de acolhimento e integração dos imigrantes, para as quais têm contribuído as intervenções do Estado ao nível da administração central e local, mas também das organizações da sociedade civil e das próprias comunidades imigrantes, o que tem sido objeto de reconhecimento a nível nacional e internacional.

Na atualidade, a crise humanitária originada pela situação de guerra que se verifica na Ucrânia justificou a aprovação, no passado dia 1 de março, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022 (atualizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-D/2022,

de 10 de março), concedendo proteção temporária a pessoas deslocadas daquele país que procuram refúgio em países dispostos a prestar-lhes acolhimento.

Concomitantemente, o Conselho da União Europeia aprovou a Decisão de Execução (UE) 2022/382, de 4 de março de 2022, através da qual declarou, nos termos do n.º 1 artigo 5.º da Diretiva 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho de 2001, a existência de um afluxo maciço, para a União Europeia, de pessoas que tiveram de abandonar a Ucrânia em consequência do conflito armado. À presente data, Portugal regista oficialmente acima de 28 mil pedidos de proteção.

Como é sabido, uma intervenção integrada neste movimento migratório num Estado de direito implica

abordagens a vários níveis: desde a documentação legitimadora da proteção temporária, passando pelo emprego, pela habitação e pelo apoio de prestações sociais, não esquecendo o acesso a cuidados de saúde, à educação e à formação profissional, bem como a aprendizagem da língua portuguesa e mesmo o acesso ao ensino superior.

Visando criar mecanismos de integração, é concedida proteção temporária com a atribuição automática de autorização de residência, pelo período de um ano, com possibilidade de prorrogação do respetivo título de residência, aos cidadãos nacionais da Ucrânia e aos cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades ou apátridas beneficiários de proteção internacional na Ucrânia, provenientes desse país, não podendo ali voltar, em consequência da situação de guerra que aí ocorre.

A declaração comprovativa do pedido de proteção temporária é comunicada à segurança social, à Autoridade Tributária e Aduaneira e aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, para efeitos de atribuição automática do número de identificação de segurança social, do número de identificação fiscal e do número nacional de utente, respetivamente, sendo igualmente comunicada ao Instituto do Emprego e da Formação Profissional para efeitos de inscrição.

Mais se determina que os beneficiários de proteção temporária sejam equiparados a beneficiários com estatuto de refugiado para efeitos de acesso a prestações sociais do regime não contributivo.

Nesse sentido, através do recente Decreto-Lei n.º 24-B/2022, de 11 de março, vieram a ser estabelecidas medidas excecionais de concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, justificadas pelos múltiplos movimentos de auxílio que se têm organizado por todo o país, de cariz humanitário e de apoio aos deslocados de guerra:

- Isenções emolumentares a atos e procedimentos de natureza registal que tenham a ver com a constituição imediata de associações que tenham por fim a prestação de assistência humanitária e social (designadamente no plano alimentar, médico, de transporte, de alojamento, de apoio jurídico e psicológico), bem como de reconhecimentos, termos de autenticação e certificados de exatidão da tradução de documentos que se mostrem necessários à deslocação e integração dos beneficiários de proteção temporária;

- possibilidade de os beneficiários da proteção temporária requererem a aplicação do estatuto de estudante no ensino superior em situação de emergência por razões humanitárias;

- simplificação do procedimento de troca de títulos de condução estrangeiros por carta de condução portuguesa e de certificação profissional de motoristas, em relação aos beneficiários da proteção temporária;

- simplificação do procedimento de reconhecimento de qualificações profissionais dos beneficiários da proteção temporária que pretendam exercer, em território nacional, uma profissão ou atividade profissional, e os processos de reconhecimento, validação e certificação de competência;

- possibilidade de os beneficiários da proteção temporária beneficiarem de um regime excecional do Programa de Apoio ao Alojamento Urgente - Porta de Entrada instituído pelo Decreto-Lei n.º 29/2018.

Nesta gama de medidas excecionais e urgentes, os municípios constituem-se, uma vez mais, como atores-chave, cumprindo um papel inestimável em termos humanitários e sociais, enquanto

interlocutores com o Alto Comissariado para as Migrações e de dinamizadores de iniciativas com os órgãos da administração central do Estado setorialmente competentes.

Ilustrando, em matéria de habitação, sinalizados os agregados com necessidades entre o Alto Comissariado para as Migrações e os municípios, os beneficiários desta proteção temporária devem pedir apoio no município onde se encontram para acesso a apoio através do programa Porta de Entrada, cuja concessão tem por base um protocolo de cooperação institucional a celebrar entre o ACM, o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e o município competente. Este apoio financeiro para alojamento é concretizado através da concessão aos beneficiários de uma comparticipação destinada a suportar os encargos relativos a alojamento em empreendimentos turísticos ou a arrendamento de uma habitação.

Em sede de planeamento, são idealmente vistas como adequadas estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades que atuam na área da inclusão social, que incluam políticas e iniciativas integradas de âmbito local, sempre que possível participadas pelos cidadãos, e organizações que promovam e participem em processos concretos de boas práticas de acolhimento e integração de imigrantes.

O fomento das relações de convivência intercultural advém de estratégias de proximidade entre cidadãos imigrantes e a sociedade de acolhimento, depende, em boa medida, da cultura organizacional das instituições. A situação excecional vivida hoje remete-nos para a consciência de que o planeamento na área das migrações, incluindo o nível municipal, parece tornar-se cada vez mais emergente.

Os municípios alentejanos, adotando instrumentos de política e gestão para a integração de imigrantes que conciliem e concertem a atuação das diversas entidades com trabalho feito nesta área, estão, por estes dias, a dar o seu contributo determinante para uma boa gestão dos fluxos migratórios, das dinâmicas sociais e, em consequência, para o desenvolvimento local e regional.

Os municípios  
constituem-se,  
uma vez  
mais, como  
atores-chave  
cumprindo  
um papel  
inestimável  
em termos  
humanitários  
e sociais.

# Cimeira das Regiões Europeias para Comunidades Inteligentes



—  
Texto  
Mário Simões

Se a primeira edição da cimeira “Regiões Europeias para Comunidades Inteligentes”, que se realizou em 2021, durante a Presidência portuguesa da EU e que em virtude da pandemia se realizou quase exclusivamente *online* foi considerada um êxito, a segunda edição que teve, tal como a anterior, Évora como anfitrião e, desta vez, foi parcialmente *online* e parcialmente presencial. Não podia ter corrido melhor quer nas sessões que decorreram no Convento do Espinheiro quer na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

A partilha de experiências das comunidades locais e regionais, europeias e alentejanas resultaram na afirmação de uma visão comum para um amanhã mais inteligente!

Os líderes locais e regionais de toda a Europa, que se reuniram em Évora, discutiram as formas de envolver os cidadãos e as partes interessadas na co-promoção de pequenas cidades, vilas, aldeias e regiões mais inteligentes para um amanhã melhor.

Foram diversos e variados os fóruns, diálogos, workshops, laboratórios, momentos culturais e atividades destinadas a aprimorar o papel dos polos regionais e urbanos das Comunidades Inteligentes na realização da transformação digital verde, azul e brilhante e que tiveram a participação de entidades interessadas em aumentar e melhorar o projeto.

A cerimónia de abertura desta cimeira contou com a presença de Elisa Ferreira, Comissária Europeia para

a Coesão e Reformas, da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira, de Bernardo Ivo Cruz, Secretário de Estado da Internacionalização, isto para além do presidente da CCDRA, António Ceia da Silva, da vice-presidente da CCDRA, Carmen Carvalheira, entre outras entidades locais e regionais.

Após a sessão de abertura, os trabalhos propriamente ditos, iniciaram-se com a voz dada às autarquias, que, como referiu o Vice-Presidente da CCDR Alentejo, Anibal Reis Costa, são fundamentais para o sucesso de todas as políticas que se venham a implementar no Alentejo e, por isso, a presença dos autarcas era muito importante.

Da importância das autarquias para todo o processo de desenvolvimento do Alentejo, deram nota os oradores desta sessão moderada por Marcos António Nogueira, Coordenador H2o2o-AURORAL, João Maria Grilo, Presidente da Câmara do Alandroal, Fermelinda Carvalho, Presidente da Câmara de Portalegre, Membro da Assembleia Regional e Nuno Mascarenhas, Presidente da Câmara de Sines.

A Cimeira, que foi organizada pelo projeto H2o2o-AURORAL liderado pela CCDR Alentejo, com o apoio da Alentejo Europe Initiative, Living in EU, RegHub, OASC, European Digital SME Alliance e IrRA-DIARE, Science for Evolution, foi, no entender da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, um momento de “partilha de experiências nesta questão das cidades

inteligentes, usando o digital, o conhecimento, a inovação na resolução de problemas que os nossos territórios têm e, portanto, a ideia é aprendermos com boas práticas de outros países, fazermos parcerias no território, mas também com outras regiões para resolvermos esses problemas do nosso território”, tendo-se congratulado com a presença de um número muito razoável de autarcas. Também sobre o papel das autarquias nesta nova era digital, a Comissária Europeia, Elisa Ferreira, referiu que “os municípios, por vezes, também não podem fazer tudo sozinhos, mas podem aprender com outras zonas e podem pensar de uma forma estratégica, porque, de facto, não tem de estar toda a gente na sede, na cidade mais desenvolvida” referindo ainda que “o Alentejo tem todas as condições para esse desenvolvimento digital, até porque já tem grandes cidades, como é o caso de Évora, Património Mundial, reconhecidas com uma boa dinâmica, com imensa qualidade urbana, com universidade, com centros de interface, indústria e com uma série de empresas que se começam a querer localizar”

Para o Presidente da CCDR Alentejo, António Ceia da Silva, “A luta pela defesa das *Smart Cities*, que o Auroral representa, tem a vitória garantida, pois, como foi visível nos temas debatidos na cimeira, a transição energética, a transição climática e a transição digital tem o Alentejo como parceiro essencial”

António Ceia da Silva referiu ainda que “O Alentejo quer assumir uma posição de relevo na Europa e está disposta, como é exemplo o Auroral, a liderar projetos internacionais que tenham que ver com uma visão global de modernização que esta região tem vindo a assumir”

Para Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da CCDRA e responsável pelo Auroral, a Cimeira demonstrou a importância de “partilhar e juntar as entidades, porque o projeto pode ser absolutamente determinante para a Região, porque aquilo que vamos fazer é pegar em tudo aquilo que está a ser feito nos nossos pilotos, disseminar as práticas, disseminar os resultados e partilhar as dificuldades para as antecipar nas futuras aplicações, mas também pegar naquilo que tem estado a ser feito por todos os projetos, por todos os parceiros europeus e conseguir adaptar e aplicar na nossa região.”

Ficou bem patente no decorrer da Cimeira e no que ao Alentejo diz respeito, que os objetivos do projeto são decisivos para o futuro da região, pois segundo Carmen Carvalheira “é importante perceber que a transformação digital há muito que deixou de ser apenas um conceito para fazer parte do nosso dia a dia” há, no entanto, segundo a Vice-Presidente da CCDRA, “que fazer mais e melhor, construir um caminho que permita à região Alentejo tornar-se mais sustentável e competitiva, mais justa e inclusiva, em direção a um melhor futuro europeu comum”.



A Cimeira foi igualmente importante porque permitiu aos parceiros regionais, como os presidentes das autarquias, tomarem contacto com a realidade dos trabalhos que já se estão a realizar neste momento no Alentejo e onde, em parceria, já se trabalha em soluções digitais inovadoras e interoperáveis e que vão ser implementadas em diversos locais em cinco domínios essenciais para a região: o Turismo, a Agricultura, a Energia, a Mobilidade e a Saúde, estando a execução-piloto a ser trabalhada em Municípios como Portalegre, Arronches, Vendas Novas, Odemira, Portel e Reguengos de Monsaraz.

No decorrer da Cimeira das Regiões Europeias para Comunidades Inteligente, foram realizadas 37 sessões, incluindo a programação cultural e social, num total de 230 participantes de toda a Europa, incluindo representantes locais e regionais, membros do Parlamento da UE, Comissão da UE, Comité das Regiões, Presidentes de Câmara e Presidentes, bem como parceiros do projeto H2020-AURROAL e CoR/RegHub.





## CCDRA na maior cimeira aeronáutica da Península Ibérica: o Portugal Air Summit

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e o Alentejo 2020 marcaram, mais uma vez, presença em Ponte de Sor, naquela que é considerada a maior cimeira aeronáutica da Península Ibérica: o Portugal Air Summit.

De regresso ao formato presencial, o Portugal Air Summit, que vai na quinta edição, decorreu sob o tema central “Flying for a new start”.

Apesar do enorme número de conferências, que mobilizou mais de duas centenas de oradores, merece destaque a sessão de encerramento apresentada por Catarina Furtado, que contou com a presença da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), António Ceia da Silva, e do Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, Hugo Pereira Hilário.

A ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, referiu que Ponte de Sor “é a capital da aeronáutica e o exemplo que prova que o interior do país não está condenado ao fatalismo e ao abandono”.

Por seu turno, António Ceia da Silva, presidente da CCDR Alentejo, salientou que “o *cluster* aeronáutico coloca o Alentejo no mapa internacional das indústrias

tecnologicamente mais avançadas” e “é fator de desenvolvimento e internacionalização da economia regional”, uma vez que “o Alentejo integra o grupo restrito de regiões do mundo que regista a presença de empresas de fabricação de aeronaves, com destaque para o parque de indústria aeronáutica de Évora, os aeródromos municipais de Ponte de Sor e Évora e o aeroporto de Beja.”

O presidente da CCDR do Alentejo acrescentou ainda que “a estratégia regional Alentejo 2030 refere claramente as oportunidades para a consolidação e adensamento desta cadeia de valor”.

O presidente da Câmara de Ponte de Sor, Hugo Hilário, sublinhou que “por mais que o Air Summit seja uma montra e coloque Ponte de Sor no mundo, aquele que deverá ser o foco do presidente do município será, obrigatoriamente, a criação de riqueza, através da atração de investimento, criar mais e melhor emprego”.

Recorde-se que o Portugal Air Summit surgiu em 2017 com o intuito de reunir as entidades e personalidades mais relevantes da indústria para debater e analisar o potencial e futuro da Aviação, Aeronáutica, Espaço e Defesa.

---

Texto  
Mário Simões

# Alentejo em destaque na FEHISPOR em Badajoz



A Feira Hispano Portuguesa – Fehispor voltou a proporcionar a alentejanos e a extremenhos momentos de convívio, negócio e aprofundamento da cooperação entre estas duas regiões ibéricas que, tal como referiram na sessão de abertura da Feira, Ignacio Gragera, presidente da Câmara Municipal de Badajoz, António Ceia da Silva, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Luís Rosinha, Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior e Eurobec, e a Vice-Presidente Delegada do IFEBA, Blanca Subirán, continuará a ser um evento ideal para trabalhar em prol das relações Hispano-portuguesa, aproximando empresas e visitantes das duas regiões.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo esteve presente, liderando o espaço Alentejo, que contou com a parceria da ERT do Alentejo, ADRAL, PACT, NERE, CIMAA e CIMBAL, mostrando, ao longo dos dias do certame, as potencialidades da região.

O Alentejo, que apresentou num moderno *stand*, levou à Extremadura espanhola uma mostra de produtos regionais, entre os quais o vinho produzido no Alentejo. Expôs ainda, toda a beleza e encanto de uma região cada vez mais visitada e apreciada pelos extremenhos.

Badajoz rendeu-se à exibição da cultura transtágana, pontificada pela dança, pelo cante alentejano e pelos chocalhos de Alcáçovas, elementos muito justamente classificados como Património Cultural Imaterial da Humanidade atribuído pela UNESCO.

Pode dizer-se que “nuestros hermanos” ficaram encantados com a qualidade dos pequenos cantores do Grupo Coral dos Trabalhadores das Alcáçovas e da Classe de dança da AEVA (Associação Equestre de Viana do Alentejo).

Foi no Espaço Alentejo que, durante mais de uma hora, o cante alentejano e a dança marcaram presença e despertaram a curiosidade e admiração dos muitos visitantes da Feira Hispano-portuguesa que, há trinta de um anos, vem promovendo o que de melhor existe no Alentejo e na Extremadura Espanhola.

Pode dizer-se que se as relações comerciais e políticas são importantes, cabe às instituições dar também o seu contributo para que a cultura e a arte se concentrem. Um exemplo desta concertação ficou patente no hino da EUROBEC (Eurocidade Badajoz, Elvas, Campo Maior) denominado “Somos Fortes, Flores e Rio”, um tema original de Daniel de Paula, e que foi interpretado pelas vozes de Guadiana Almena (Badajoz), Daniel de Paula (Elvas) e Beatriz Mendonça (Campo Maior) no decurso da Feira.

Regressada após o período de interrupção a que a crise pandémica obrigou, o sucesso da representação do Alentejo estará certamente garantido com reforçada qualidade na FEHISPOR de 2022.



---

Texto

Mário Simões

## Onde o ontem e o hoje se confundem

Chegado de Moçambique e terminada a vida académica, o passo seguinte foi a procura de emprego. Nessa altura, a então Comissão de Planeamento da Região Sul (CPRS) procurava um desenhador. A inscrição foi o ponto de partida e pouco tempo depois dava os primeiros passos nesta Instituição. O período de transição entre os estudos e a entrada no mercado de trabalho não foi fácil. A falta de experiência e a concorrência foram os dois principais obstáculos. Dificuldade acrescida devido à transformação da sociedade pós-vingte cinco de abril.

Primeiro como aprendiz de desenhador da Comissão de Planeamento da Região Sul, com contratos mensais.

Desenhar de régua e esquadro, canetas de tinta da china, escantilhão de letras e símbolos, em cima de um estirador, o trabalho seguia o seu curso.

Depressa o espaço de trabalho para desenhar revelou-se limitador para o exercício das funções atribuídas.

No momento seguinte, o espaço físico de trabalho ganhava outra dimensão, de menos infinito a mais infinito, o advento de uma era promissora: o desenho assistido por computador. Esta viagem não parou. A estação seguinte foi transformar um ponto ou uma linha numa entidade geográfica. O sistema de informação geográfica (SIG) dava um ar da sua graça.

Associado a este processo, as imagens de satélite para acrescentar informação em tempo real: a deteção remota. O que levaria um mês a fazer, passou a fazer-se num dia e, em muitos casos, em algumas horas.

A inteligência geográfica ao serviço da comunidade...

Foi a revolução digital com a produção de informação geográfica para análise, sem limite.

Esta casa aceitou todas as propostas, especialmente no que respeita à era digital.

O contributo para a massificação dos processos digitais de auxílio à decisão tornou-se uma realidade.

A formação ao longo dos anos, para atualização e aquisição de novos conhecimentos, foi adquirida no contexto das funções atribuídas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA).

Da CPRS, a transição para o quadro da recém criada Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA) como desenhador de segunda classe, técnico de desenho e técnico superior, licenciado em geografia pela Universidade de Évora.

Mais tarde, a CCRA transforma-se em CCDRA, designação atual.

Nesta casa, de uma única direção de serviços, temos a atual estrutura. A única alteração de fundo, foi a criação do Programa Operacional do Alentejo e o Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças.

Um percurso como servidor do Estado, normal.

Memórias de muitas histórias com colegas, preciosidades que pintam as nossas vidas com alegres cores, com sorrisos espontâneos e genuína alegria.

O futuro será sempre uma aprendizagem com o passado, dadas as experiências e as oportunidades.

A importância deste organismo na sua área de intervenção geográfica, o Alentejo, desde a fundação até aos nossos dias, é um contributo decisivo para o seu desenvolvimento.

Nós estivemos, desde a primeira hora, na *pole position*.

Narrativa, não ficcional, porque faz parte de uma história vivida na primeira pessoa, onde o ontem e o hoje se confundem.



José Carlos Santos,  
Técnico Superior

Memórias de  
muitas histórias  
com colegas,  
preciosidades  
que pintam as  
nossas vidas com  
alegres cores,  
com sorrisos  
espontâneos e  
genuína alegria.

## Presente e Futuro

Durante 25 anos, trabalhei na Câmara Municipal de Santiago do Cacém, onde desempenhei diversas tarefas e serviços. Comecei por trabalhar no Canil Municipal devido, sobretudo, à minha paixão por animais, nomeadamente por cães. Depois, fui responsável pelo serviço de limpeza dos edifícios municipais e, nos últimos quatro anos, desempenhei funções como técnica administrativa na Divisão de Recursos Humanos.

Desde há muito que percebi que as questões ambientais e de sustentabilidade são de uma importância enorme e devemos ser todos atores de cidadania e respeitar os recursos naturais, salvaguardando o nosso futuro comum.

A Engenharia do Ambiente revelou-se, desta forma, a opção mais acertada para mim na altura em que escolhi a minha área de estudo: a licenciatura em Engenharia do Ambiente, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja.

Contudo, até agora, não tive oportunidade de aplicar competências adquiridas de forma a encontrar soluções para a preservação do ambiente e dos recursos naturais e de contribuir para uma sociedade e economia compatíveis com a sustentabilidade do planeta.

Quando já pensava que não ia conseguir atingir o meu objetivo, eis que surge uma luz ao fundo do túnel com a abertura de uma vaga para um lugar de técnico superior na área do ambiente para a CCDR. Claro que não hesitei um segundo e cá estou!

Totalmente motivada, com vontade de aprender e dar o meu melhor e, especialmente, para aplicar os conhecimentos adquiridos na resolução de problemas ambientais e, assim, contribuir para que os objetivos do serviço sejam alcançados. Encontro-me inteiramente focada.

Sendo uma nova colaboradora, estava com algum receio. Algo natural quando se faz uma mudança na nossa vida, pois novos colegas, novas responsabilidades, novos conhecimentos e novos desafios envolvem sempre alguma ansiedade.

Porém, encontrei um ótimo ambiente de trabalho e todas as ferramentas necessárias para começar a trabalhar.

Foram-me atribuídas funções que considero muito importantes tanto na área do con-

trolo da qualidade do ar, com a implementação e garantia da continuidade do controlo de qualidade dos dados produzidos nas estações de monitorização da qualidade do ar e acompanhamento em permanência da rede de estações, como na aplicação dos procedimentos definidos pelas Normas Europeias para todos e cada um dos parâmetros analisados na rede de estações, na utilização do software de gestão dos dados produzidos nas estações (validação/invalidação de dados, colocar unidades de análise operacionais ou em manutenção, gestão de alertas, etc.) e na participação em campanhas de monitorização a efetuar com a unidade móvel, as quais estou ansiosa por desempenhar.

Sinto-me completamente envolvida para colaborar, também, no desenvolvimento de tarefas no âmbito das outras áreas da competência do Serviço Sub-regional do Litoral, como a elaboração de pareceres técnicos e a execução de outras atividades de caráter geral ou especializado, nomeadamente no que se refere à análise e acompanhamento de processos no âmbito do ambiente, do ordenamento do território e da fiscalização.

Aproveito a oportunidade para agradecer a forma simpática e disponível com que fui recebida na CCDR, serviço sub-regional do litoral.

Foi muito importante para mim o facto de me terem colocado à vontade.

Senti-me em casa, sem temor de perguntar fosse o que fosse, pois tinha a certeza de que ia ser ajudada e não julgada.

O meu muito obrigado.

Como técnica desta casa, espero conseguir desempenhar todas as funções que me propuserem, com brio e eficiência.

Em termos pessoais, espero a realização profissional há muito procurada, no fundo, ser feliz aqui.



Isabel Dolores

Devemos ser todos atores de cidadania e respeitar os recursos naturais.



## Casa do Pessoal para o “pessoal” da CCDRA

—  
Texto  
José António  
Rilhas,  
Presidente da  
Casa do Pessoal  
da CCDR  
Alentejo

Os primeiros meses do ano de 2020 ficaram marcados pelo início da pandemia de Covid-19. A partir do mês de março desse ano, começaram os confinamentos e as proibições de várias naturezas, o que fez com que o país estivesse dois anos praticamente parado, no que à realização de eventos diz respeito. A Casa do Pessoal da CCDRALentejo (CP) interrompeu, a partir dessa altura, todas as iniciativas que tinha programadas para o ano de 2020, interrupção essa que se prolongou pelo ano de 2021. Este ano de 2022 irá ser o ano do retomar das mais diversas atividades e a Casa do Pessoal está ansiosa por começar a realizar as iniciativas já programadas para este ano.

No final do mês de maio, será retomado o já tradicional passeio anual da CP, em novembro, o Magusto de São Martinho e, em dezembro, a Festa de Natal. No decorrer do ano, iremos, também, tentar pôr em prática o 6º Concurso de Fotografia.

No Plano de Atividades para o ano de 2022, está também contemplada a elaboração do cartão de sócio da CP, bem como a reestruturação da área da CP na *intranet*, onde, entre outras coisas, será criado um separador que acomodará todos os protocolos que a CP tem com as mais diversas entidades e empresas. De referir ainda que a CP está sempre aberta a novas ideias e propostas por parte dos seus associados.

Nos últimos dois anos, a CCDRALentejo pôs em prática um processo de renovação dos seus quadros, tendo

iniciado funções nesta entidade um número considerável de novos funcionários, que, aos poucos, se têm vindo a associar à CP. Esta é daquelas situações que deixa a direção da associação, bem como os restantes órgãos sociais, bastante satisfeitos. Aproveitamos para dar as boas vindas a todos esses novos funcionários da CCDRALentejo e pôr, desde já, a CP à sua inteira disposição.

A Casa do Pessoal é uma associação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, que tem como objetivo promover o bem-estar dos seus associados, com especial incidência na ocupação de tempos livres, bem como desenvolver formas de convívio e cooperação, visando, nomeadamente:

- Promover atividades de índole recreativa, social e cultural em benefício exclusivo dos seus associados e familiares;
- Criar e desenvolver o associativismo e a prática de atos de solidariedade entre os funcionários da CCDRA;
- Proporcionar serviços complementares de saúde em benefício dos seus associados e familiares;
- Promover benefícios de índole económica através de mecanismos de tipo corporativo.

De futuro, a Casa do Pessoal, além de prosseguir com a concretização dos objetivos plasmados nos seus estatutos, pretende continuar a promover parcerias, de uma forma mais intensa, entre os vários atores regionais, com o objetivo de criar sinergias que contribuam para o desenvolvimento do Alentejo.



Ana Costa Freitas

## O Alentejo e o País, o País e o Alentejo

Portugal tem  
de crescer  
e o Alentejo  
(...) tem de  
ser uma  
prioridade  
estratégica e  
com medidas  
a curto prazo,  
antes que  
seja tarde!

O Alentejo representa 1/3 da área de Portugal Continental. Tem apenas cerca de 6,8% da população portuguesa.

De acordo com o último Censos, Portugal tem, hoje, 10.347.892 residentes, menos 214.286 (20%) do que em 2010. A perda de população mais acentuada deu-se no Alentejo, onde vivem, atualmente, 704.934 pessoas, menos 6,9%. No período de dez anos, entre o último Censos e o atual, apenas a Área Metropolitana de Lisboa aumentou a sua população (1,7% para 2.871.133 habitantes) e a do Algarve (3,7% para 467.495 habitantes).

Em resumo: há um despovoamento geral dos 308 municípios portugueses, dos quais 257 perderam população, mais 60 do que em 2011.

Que políticas, que estratégias temos seguido para modificar esta situação? Desconheço uma estratégia global bem estruturada assente em bases e estudos sólidos com evidência científica por trás. NADA!

Fazemos muito, gastamos muito e temos recebido (daquela Europa que tanto criticamos) “fundos” quase “sem fundo”. E resultados? Aproximadamente 0. Se olharmos para os resultados da chamada Taxa de Intensidade de Pobreza, ou seja, “quão distante está o rendimento das pessoas mais pobres do valor fixado para o limiar de risco de pobreza”, em 1994, o valor era de 28% e em 2020 é de 27,1, sendo que os dados do INE apontam para um aumento em 2021 e 2022. Preocupante, se bem que é fruto, em parte, da situação pandémica.

Assistimos, impávidos e serenos, ao aumento da pobreza, ao despovoamento, ao abandono de cidades e vilas, ao envelhecimento e abandono da população, ao sobrepovoamento de Lisboa com todas as consequências ambientais, de qualidade de vida e de desgaste físico e psicológico da população e insistimos em medidas avulso para um país que não é mais do que uma grande cidade europeia em número de habitantes. A área metropolitana de Londres tem cerca de 14 000 000 milhões; Paris, 12 000 000; Roma, 4 000 000; Berlim 6 000 000 e Madrid 6 800 000.

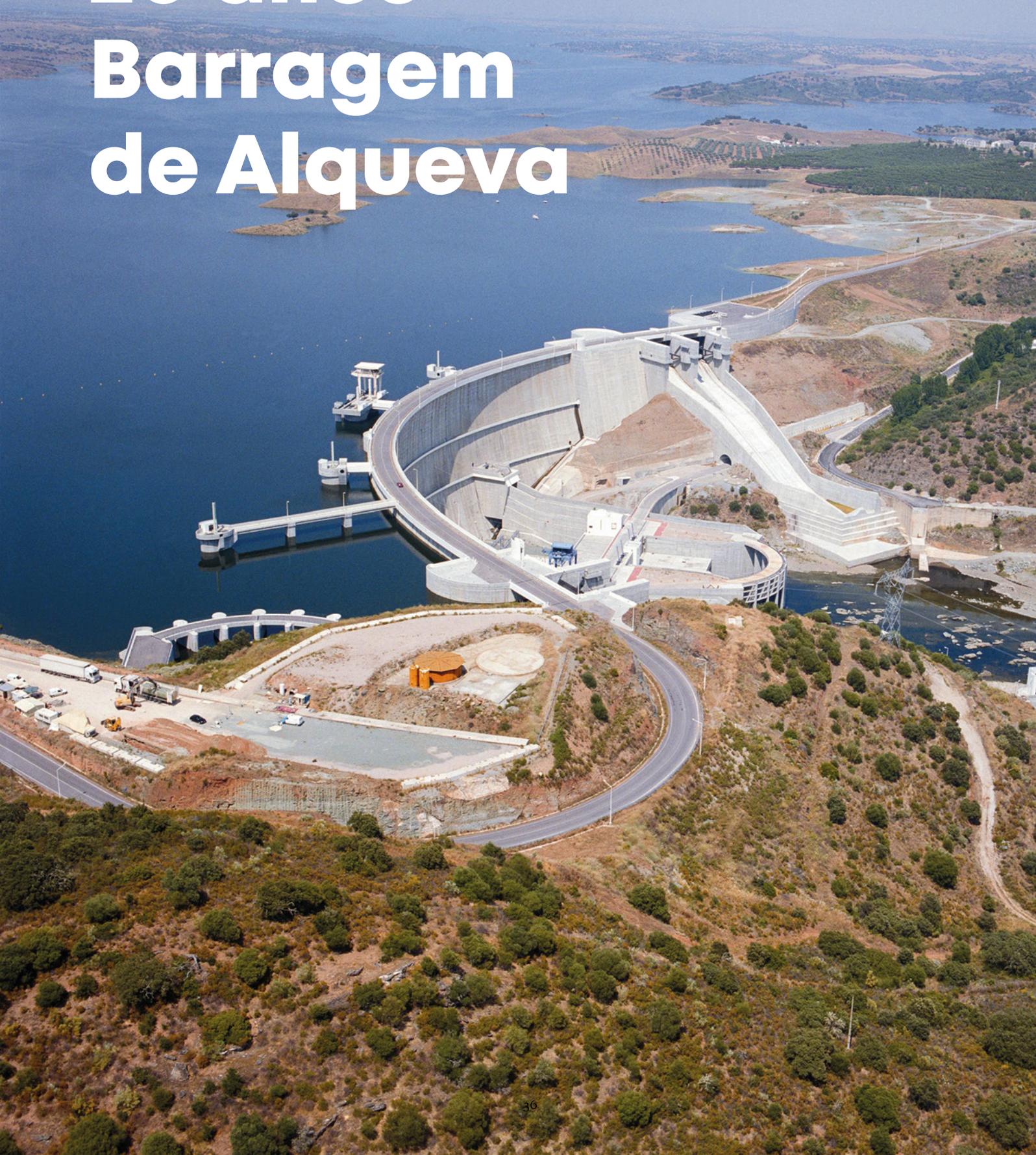
E, apesar destes factos, ainda se acha que o que falta é regionalizar! Ou seja: mais gente a mandar, mais gente a definir estratégias (que nada obsta a que possam ser duplicadas).

Ao regionalizarmos, deixamos, realmente, de ter este problema? Vamos passar a ter outro: “discutir” com que orçamento nos vamos governar, ou melhor, que orçamento nos atribuem para fazermos face às competências que nos “delegam”. Nem todas as regiões têm o mesmo potencial produtivo, longe disso! Corremos o risco de empobrecer os mais pobres, enriquecer os mais ricos e...no final do dia... ficaremos menos coesos, mais divergentes e em vez de apenas uma Europa a várias velocidades, teremos um país a muitas velocidades, algumas delas demasiado lentas para um crescimento real.

Portugal tem que crescer e o Alentejo (o interior no seu conjunto) tem que ser uma prioridade estratégica e com medidas a curto prazo antes que seja tarde! Até porque a agricultura que tantos condenam e criticam é, para quem não sabe, a atividade que produz alimentos. Sem o Alentejo, estaremos muito diminuídos nessa produção (apesar de continuarmos a ter de comer... acho!), mas não nos podemos esquecer, também, a necessidade de criar empregos qualificados, ter uma oferta cultural diversificada, boas escolas e bons transportes porque, principalmente, o que falta mesmo é GENTE.

Estou convicta de que, mais do que regionalizar, é necessário mudar a lei eleitoral, pensar nela olhando para as pessoas e para os territórios e não para o que cada partido “ganha” ou “perde” com a mudança, porque, enquanto o Alentejo elege apenas 8 deputados (com tendência a diminuir), poucos se preocuparão com o futuro de “apenas” 6,8% da população portuguesa, esquecendo que isto corresponde a um País com menos cerca de 30 000Km<sup>2</sup>.

# 20 anos Barragem de Alqueva



# E a Barragem foi construída

—  
Texto  
Mário Simões

Quando a oito de fevereiro de 2002, pelas 12:08 horas, se iniciou a operação que permitiu que a Barragem de Alqueva começasse a encher, estava igualmente a começar uma nova era no Alentejo e no país com a mudança de paradigma económico, paisagístico, social e político da maior região do país.

Vinte anos depois, os cétricos estão menos cétricos e os otimistas continuam a acreditar que o Alqueva vai mudar ainda mais o Alentejo.

No ano em que se comemoram os vinte anos do início do enchimento da barragem, as notícias falam dos benefícios resultantes da mesma, do que ficou por concretizar e, igualmente, das coisas menos boas que um empreendimento desta envergadura sempre provoca, desde o trauma das populações que viram a sua terra transferida para outro lugar, até a eventuais riscos ambientais resultantes das culturas que a água do Alqueva veio introduzir no Alentejo.

No entanto, é hoje quase unânime a certeza de que sem Alqueva tudo seria mais complicado, principalmente, em períodos de alterações climáticas que nos trazem longos períodos de seca. Por isso, fazem todo o sentido as palavras que proferiu, na data dos vinte anos do começo do enchimento da barragem, o atual presidente da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), José Pedro Salema, de que “Alqueva é, hoje, a melhor apólice de seguro que o Alentejo podia ter, principalmente quando a água não cai do céu”.

Para aqueles que duvidavam do papel determinante da barragem no futuro, o facto de esta ser, segundo o responsável da EDIA, “a única origem de água” na Península Ibérica destinada a regadio, produção de energia e abastecimento público com capacidade para enfrentar grandes períodos de seca”, diz bem quanta razão tinham aqueles que insistiram em construir a Barragem.

Pensada e concretizada para se constituir como “Reserva Estratégica de Água” de grande parte do Sul de Portugal, permitindo, com isso, que a região ultrapassasse sem preocupação os períodos de seca que, ciclicamente, assolam a região, pode dizer-se que, nesse aspeto, Alqueva cumpre cabalmente a sua missão.



Outro dos objetivos da construção da Barragem foi a mudança de paradigma da agricultura alentejana que, sem água, tinha como solução as culturas de sequeiro. Garantida a água, uma nova agricultura foi surgindo no Alentejo e, hoje, mais de 95% dos agricultores aderiram às novas culturas e técnicas de regadio.

Atualmente, há cerca de 120 mil hectares a receberem água de Alqueva, enquanto as suas centrais hidroelétricas contribuem com cerca de 4% de toda a energia hídrica em Portugal.

Alqueva garante ainda o reforço de abastecimento público a mais de 200 mil habitantes no Alentejo, número que tende a crescer com a previsão da ligação de Alqueva a outras origens de água para abastecimento público, nomeadamente a albufeira de Monte da Rocha.

Se juntarmos a tudo isto o turismo, lazer e desportos náuticos, vamos constatar que, em vinte anos, muita coisa mudou no Alentejo e que, hoje, esta não é só uma região de passagem para as praias do litoral, mas é, também, destino de muitos “fãs” das praias fluviais, que têm vindo a ser criadas e que, juntamente com as marinas, os cruzeiros, os passeios de barco ou o aluguer de embarcações, a observação do céu, a restauração e as dezenas de unidades turísticas fazem do Alentejo, não o problema do país, mas a solução para Portugal.

O projeto Alqueva, como está referido no sítio da EDIA, poderá contribuir com mais de 500 milhões de Euros anuais para o Produto Interno Bruto Regional e criar mais de 10 mil empregos permanentes nos setores agrícola, agroindustrial e do turismo.

Tudo isto está a acontecer, porque, para se chegar a 2002, e à abertura “da torneira” que foi enchendo a barragem, algumas pessoas tiveram a visão e a capacidade de fazer o sonho concretizar-se.



### **Do sonho à sua concretização**

Pode dizer que o sonho de aproveitar as águas do Rio Guadiana começou há muito. Se quisermos, de uma forma simples, dar uma data ou um ano, podemos ir até 1957 quando o projeto de Alqueva era referido como um Plano de Rega do Alentejo. No entanto, só 11 anos depois se começou a falar da construção da barragem.

Foi em 1968, aquando da celebração do Convénio Luso-Espanhol para utilização dos rios internacionais, que a ideia da Barragem surgiu.

Este Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus Afluentes e Protocolo Adicional, foi assinado em Madrid a 29 de maio de 1968.

Nesse documento, especificava-se que ficava reservado para Portugal a utilização de todo o troço do rio Guadiana, entre os

pontos de confluência deste com os rios Caia e Cuncos, incluindo os correspondentes desníveis dos afluentes do mesmo troço.

Em 1975, foi aprovada em conselho de Ministros a realização do projeto, tendo, no ano seguinte, começado as obras preliminares (ensecadeira/infraestruturas de apoio à obra) que, contudo, foram interrompidas dois anos depois.

Depois de avanços e recuos que duraram cerca de dez anos, foi criada, em 1993, a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva (CIEA), retomando-se os trabalhos na barragem em 1995.

Valente de Oliveira, Ministro do Planeamento e Administração do Território, discutiu com o então Comissário Europeu, Bruce Millan, o financiamento do projeto para o Alqueva, mas foi João Cravinho, ministro do Equipamento, no primeiro governo de António Guterres, que, em nome do Governo, assumiu o compromisso de “avançar inequivocamente com o projeto” com ou sem financiamento comunitário, forçando, deste modo, a Comissão Europeia a, como se costuma dizer, “chegar-se à frente”.

Durante seis anos, as obras avançaram em bom ritmo até se chegar a 2002, altura em que se fez o encerramento das comportas, dando-se início ao enchimento da albufeira.

Aqui ficam alguns nomes de pessoas que, hoje, passam despercebidas, mas sem as quais não estaríamos a comemorar esta data. Valente de Oliveira e João Cravinho foram importantes e decisivos, mas também ficará na história da barragem Adérito Serão, presidente da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, o autor da frase “Vamos meter água”.

Para sempre ficará ligado à barragem e ao Alentejo um homem que, via rádio, e depois do “bom dia” e de se ter identificado, deu a ordem ao operador para começar a encher a barragem, primeiro, timidamente e, depois, com a força que fez com que, hoje, tenhamos o grande lago a ajudar tudo e todos, principalmente, em momentos de seca. O primeiro ministro António Guterres.

### **A Aldeia da luz**

Desde que se começou a desenhar a barragem, havia uma certeza: a Aldeia da Luz ia ficar submersa. As consequências deste facto foram sempre levadas em conta e a realocação da população da Luz foi alvo de análise, pelo menos desde 1981. As hipóteses seriam indemnizar os proprietários das casas, transferir os habitantes para uma localidade próxima ou construir uma nova aldeia.

Venceu a última alternativa, tendo uma vasta equipa pensado e “desenhado” a nova Aldeia da Luz, construída entre 1998 e 2002 e inaugurada a 19 de novembro de 2002 pelo então primeiro-ministro, Durão Barroso.

A nova aldeia manteve a mesma estrutura da original com o intuito de conservar as relações de vizinhança e a configuração urbana.

A nova povoação foi edificada num local muito próximo da antiga Luz, tendo sido construídas 212 habitações e introduzido melhoramentos no espaço urbano, alargando-se ruas, construindo largos e estradas de ligação, estabelecimentos comerciais, escola, centro de saúde, equipamentos desportivos, praça de touros, lavadouro, jardim público e cemitério.

O santuário de N<sup>ª</sup> Sr<sup>ª</sup> da Luz, de fundação quatrocentista, foi construído à imagem do original, tendo sido ainda edificado um museu como lugar de memória e criação.

Também terras de cultivo, agora regadas pela barragem, foram distribuídas pela população.

Da Aldeia da Luz antiga, só sobrou o Monte dos Pássaros, uma casa tradicional que, hoje, pertence ao museu e fica bem perto da água da barragem.

Há, no entanto, mágoas que só o tempo conseguirá apagar, há sofrimento contido nos luzenses, que não se acalma pelos tempos novos e bons que a barragem trouxe a todos nós.

As consequências individuais da mudança “do chão” não se pagam nem se apagam de um momento para o outro. Sempre tiveram, os responsáveis pelo projeto e os decisores políticos, a consciência disso e, por isso, tentaram e tentam, diariamente, minorar o sofrimento e, assim, todos os alentejanos e portugueses devem um grande “Obrigado” a todos os que pela região e pelo país guardam no peito... tristeza.

O maior lago artificial da Europa, com uma superfície de 250 km<sup>2</sup>, mais de 1.100 km de margens e um volume armazenado de 4.150 milhões de metros cúbicos, foi sonhado e construído. Hoje, as evidências mostram a importância do projeto que cobre uma parte do Alentejo, mas que pode e deve potencializar toda a região.

A barragem é fruto do querer e da resiliência dos alentejanos.

Atualmente, há cerca de 120 mil hectares a receberem água de Alqueva, enquanto as suas centrais hidroelétricas contribuem com cerca de 4% de toda a energia hídrica em Portugal.





# Não há dúvida nenhuma, senhor Comendador: as flores são eternas

---

Texto  
Mário Simões

Olham os olhos o horizonte, não encontrando nenhum obstáculo que o impeça de encontrar o sonho, com a imaginação perfumada das flores que pintam de mil cores a planície que conduz ao azul do céu.

Entre os lírios roxos, os malmequeres, as papoilas, a serralha e os trevos, provavelmente, ele descobriu que a flor é muito mais que o órgão de reprodução das plantas, porque, realmente, é dela que sairá a semente ou o fruto.

Talvez, por perceber que as flores murcham depressa e que à terra regressam para dar novas flores, o pequeno Manuel Rui, cujo destino era conciliar vontades sem deixar de seguir o seu caminho, decidiu eternizar as flores, mantendo as cores e, principalmente, mantendo o sonho, porque, como cantava o Cartola, “(...) As rosas não falam/Simplesmente as rosas exalam/O perfume que roubam de ti (...)”.

Que estranha forma esta de começar um texto sobre o alentejano mais admirado por todos os alentejanos que habitam no Alentejo e por aqueles que em todos os lugares se sentem, mesmo sem saber, alentejanos.

Ser alentejano é ter a tranquilidade do olhar de Manuel Rui Azinhais Nabeiro, é não esconder a forma de falar, ter um sorriso alegre sem ter medo de o ter triste quando a tristeza o invade.

Ser alentejano como o senhor Comendador, é perceber que a vida se vive com os outros sem deixar de a vivermos connosco. Ser alentejano como o senhor Rui Nabeiro, é saber que “quem semeia colhe, quem distribui recebe”.

Num mundo que gosta de finais felizes e que tem da felicidade a ideia do objetivo cumprido, do cortar da meta, a vida e o sorriso franco de Rui Nabeiro mostram que a felicidade está em cada momento, em viver esse momento com alegria e confiança e com a certeza de que, se sonhar, o sonho se realizará.

Todos os momentos do pequeno Manuel Rui, do senhor Rui, do Comendador Rui Nabeiro foram bons, foram vistos como desafios, como caminho para a felicidade. Mesmo aqueles em que sofreu, fosse quando as dificuldades eram imensas para os seus avós, que viviam e trabalhavam no campo, fosse quando a ambição do pai o levou a ter uma mercearia, onde ele, com doze anos, ajudava a mãe e os tios na torra do café ou fosse mais tarde quando teve de ver a sua terra de longe, com o coração dorido, mas com a razão serena.

Das muitas entrevistas e reportagens, das milhares e milhares de linhas escritas, por mais que se procure, não se encontra uma palavra, um gesto, um olhar que demonstre ressentimento, que nos dê a ideia de que está triste com... a vida.

Claro que o senhor Comendador tem o seu geniozinho, claro que tem os seus momentos maus, claro que teve, ao longo da sua vida, momentos em que deu “um murro na mesa”. Afinal, o “senhor Alentejo” é um homem que quer ser apenas exemplo na atitude que tem perante a vida.

Foi com essa atitude diferente dos outros, a qual considera um privilégio, que fez uma alavanca audaz para ser aquilo que, desde cedo, quem com ele lidava, já lhe augurava que ia ser vencedor.

Eternizar a flor, fazer com que permaneça viçosa e não precise de morrer para voltar a nascer, foi o que fez o jovem Rui quando, antes de atingir a maioridade e depois de ficar sem um dos seus pilares, o seu pai, arregaçou as mangas e fez crescer a pequena torrefação familiar.

Olhou, então, mais longe. Não muito mais, apenas para o lado de lá da fronteira e constituiu, em sociedade com os seus tios, a Torrefação Camelo.

A sua terra, que de tão encostada a Espanha a tornava tão alentejana e tão estremenha, abriu horizontes. Ao trabalho do campo, começou a chegar a Campo Maior a ideia de que era possível conjugar atividades económicas que trouxessem mais riqueza para os campomaiorenses e não os obrigasse a terem diversas atividades para dar aos seus filhos aquilo que não lhes fora dado a eles.

Manuel Rui sentiu que, para alcançar o horizonte, é preciso muito mais que caminhar: é preciso sonhar, é preciso imaginar, é preciso trabalhar e querer. Estava chegada a hora da sua emancipação. Sem nunca se afastar dos seus familiares, decide continuar sozinho e, assim, nasce a Delta.

Não sei se será um dom, um talento natural ou algo que lhe foi inculcado pelos seus progenitores e aprimorado na família, não há dúvida nenhuma, é que o primeiro contato que se tem com Rui Nabeiro provoca, em cada um, uma sensação de tranquilidade e confiança e um caminho para a criação de laços de amizade.

Foi essa faceta de bom anfitrião e pessoa de confiança que fez com que a sua empresa fosse diferente das outras da concorrência. É que a Delta, desde o seu início há cerca de sessenta anos, mostrou ser uma marca de rosto humano ou, como o senhor Comendador refere várias vezes, “não há dúvida nenhuma que cada cliente é um amigo”.

A equipa da Delta começou, pouco a pouco, a ser conhecida no país, os vendedores tinham adquirido a filosofia do “chefe”. Alguns não se adaptaram e regressaram ao trabalho anterior, alguns arrependeram-se de o terem feito, mas hoje é tarde demais.

O país rendeu-se a esta nova forma de comercializar e, claro, tendo sempre por base a qualidade do produto.

Para as flores serem lindas, perfumadas e eternas, não basta a semente ser boa. A qualidade da terra e o amor com que se regam são fundamentais para o esplendor das pétalas. Por isso, e porque os sonhos são manifestações dos desejos e das ansiedades mais profundos, muitas vezes relacionados com memórias de infância, Manuel Rui Azinhais Nabeiro quis realizar o sonho na sua terra, uma terra e uma região onde a vida, por vezes, não permitia sonhar.

Por ventura, a sua ideia tinha duas vertentes: a primeira, era fazer felizes os seus conterrâneos, dando-lhes trabalho e permitindo-lhes ficar na sua terra; a segunda, era ficar também ele na sua terra e, por via disso, ter uma vida mais descansada. Conseguiu o primeiro objetivo, enganou-se rotundamente no segundo. Teve mais trabalho e isso deixou-o mais feliz.

As flores são ativas, desafiam-nos. Provocam-nos com a sua beleza, com o seu perfume ou com a alegria que dão a tudo o que as rodeia, sejam plantadas na terra sejam colocadas numa qualquer jarra.

A capacidade de aglutinar, à sua volta, vontades, tal como a capacidade de pensar nos outros e na comunidade, fez com que lhe conferisse o poder de fazer algo mais pela comunidade e, assim, o senhor Rui lá envergou a roupa de Presidente da Câmara duas vezes antes do 25 de abril e, depois, presidiu a comissão instaladora do poder autárquico democrático, sendo eleito em 1977, e reeleito duas vezes.

Se, em termos empresariais, as pessoas são parte fundamental do seu trabalho ou, como diz frequentemente Rui Nabeiro, “do nosso trabalho”, na vida cívica, não podia deixar de ser diferente, pois se há algo de que não abdica, é de olhar para as pessoas.

“Gosto de saber qual é a origem, quem é a família, de quem é filho, de quem é neto, com quem está casado... a pessoa nunca é pessoa só por ela”, referiu ele numa entrevista.

Eternizar as flores foi sempre o seu sonho, torná-las fortes ou, de uma outra forma, fazê-las fortes para que resistam ao tempo e às circunstâncias. Esse é o seu objetivo de vida. Os desencontros fortaleceram-no, tal como mais fortes ficaram os laços familiares e o seu amor à terra, às suas gentes, ao Alentejo e a Portugal.

Quando os outros vinham, ele ia; quando os outros paravam, ele avançava; quando, como se costuma dizer, eles pensavam, ele já tinha concretizado e, assim, sem se desviar do caminho, foi construindo mais do que uma marca, mais do que uma fábrica, mais do que um grupo económico familiar; uma imagem baseada não num culto, mas numa vontade; não num dogma, mas na inteligência e no acreditar que todos são capazes, porque acredita nas suas convicções religiosas, políticas, sociais, uma vez que é um homem apaixonado e apaixonante, sempre teve ao seu lado aquela que ele sempre refere como a mulher que o deixou ser o que é. E, digo eu, que o ensinou, que o empurrou a ser quem é para bem de todos: Alice Nabeiro.

E que melhor homenagem a Alice Nabeiro que a colocar no centro daquilo que é o futuro da humanidade: o saber?

Quando, em 2007, inaugurou o Centro Educativo Alice Nabeiro, para dar resposta às necessidades extra-escolares das crianças de Campo Maior, a família Nabeiro estava a fornecer o guia para que cada um tenha a possibilidade de ser aquilo que quiser ser. Quando mais tarde, a Delta patrocinou a Universidade de Évora para a criação da Cátedra Rui Nabeiro, destinada à promoção da investigação, do ensino e da divulgação científica na área da biodiversidade, pode dizer-se que o sonho do menino Manuel Rui, estava apenas no começo, pois tem permitido que outros jovens sonhem e concretizem.

Nascem nos campos circundantes de Campo Maior, os lírios roxos, os malmequeres, as papoilas; nascem nos jardins que rodeiam as vinhas, as rosas e os cravos; nascem nos rostos dos e das campomaiorenses, sorrisos; surgem as ruas, ruelas, largos e avenidas engalanadas com flores eternas, eternizadas pelas mãos, pelas mesmas mãos que amanhã a terra, que mexem no café, que apertam a mão do senhor Rui, as mesmas mãos que tiram a boina em sinal de respeito, as mesmas mãos que afagam a cabeça da criança, a mesma mão que nos aponta o futuro, a mesma mão firme e segura, a mão que nos conforta e nos dá a certeza de que sonhar é fácil, que tudo é fácil para quem pensa em si a pensar nos outros. A mão do eterno menino que ainda hoje sonha: o Manuel Rui.

Ser alentejano  
como o senhor  
Comendador é  
perceber que a  
vida se vive com os  
outros sem deixar  
de a vivermos  
connosco.

# as nossas *terras*

## Fernando Almeida rega com amor as flores em S. Bento de Ana Loura

Texto  
Mário Simões

Quanto vale o silêncio? Quanto vale o tempo? Quanto vale o sorriso quando apetece...sorrir? Quanto vale a alegria de estar alegre só porque se está alegre? Qual o valor que podemos atribuir à vida e o que é isso de viver?

Será que podemos mensurar estes fatores e colocá-los numa folha de Excel para estabelecermos um valor comparativo que juntando a outros, nos dá o desenvolvimento geral ou mesmo a felicidade?

Para se perceber o valor de tudo isto, é preciso entender o silêncio, é preciso descodificar o tempo, é preciso sorrir, chorar e sentir. É preciso sair do mundo onde nos confinam, onde alegremente nos deixamos confinar pela alienação do progresso, que nos faz perder a noção do silêncio, do tempo e do prazer que é sorrir... só por sorrir.

É preciso procurar as pessoas por si, fora do que convencionalmente ser progresso ou desenvolvimento. É preciso sair do mundo confinado em cidades e ir ao acaso procurar lugares que estão condenados a desa-

parecer num curto espaço de tempo. É preciso, provavelmente, sair do alcatrão, percorrer caminhos sinuosos onde a terra e as pedras se misturam, passar por ruínas de igrejas abandonadas, escolas desativadas, cemitérios despovoados para encontrar, finalmente, não a vida, que essa borbulha por todo o lado, mas gente que vive com apenas uma preocupação: viver.

Em S. Bento de Ana Loura, ali em pleno Alentejo, no concelho de Estremoz, na união de Freguesias de S. Bento de Ana Loura e S. Lourenço de Mamporcão, vive o senhor Fernando Almeida, na Vivenda Almeida e que, da sua varanda engalanada de vasos de flores, olha espantado e sorridente quem chega e, sem preocupação, enquanto deitava a quantidade de água suficiente para manter as flores viçosas e perante o olhar alerta e meigo do seu cachorro, nos diz “Bom dia”.

Tranquilamente e sem reservas, o senhor Almeida foi-nos apontando quais eram as casas onde viviam os mais ou menos cinco habitantes permanentes da localidade. Os dedos de uma mão chegaram, mas acrescentou que aos fins de semana, chegavam mais pessoas e, com um sorriso contagiante lá disse que alguém tinha comprado uma casa e que, por isso, provavelmente, iam ter vizinhos novos.

O mais novo andarà pela casa dos vinte anos, trabalha em Lisboa, mas como “trabalha em casa pelo computador, umas vezes está cá, outras em Lisboa”. Foi-nos contando o nosso anfitrião que acrescentou que também a filha de um outro vizinho também trabalha “por computador “e, por isso, está em S. Bento de Ana Loura.

O dia, principalmente, no Verão começa cedo. Por volta das sete da manhã, a cachorrinha do senhor Almeida, que veio com ele da África do Sul, serve de despertador “pa-



guei mais para a trazer a ela do que a mim e à minha mulher”.

A única vez que a tristeza tomou conta dos olhos deste Beirão que esteve 38 anos na África do Sul, passando por Angola, Moçambique, Botswana, Suazilândia, Israel, Austrália, Singapura, Malásia e Indonésia foi quando falou da sua mulher que, tendo nascido no Baixo Alentejo, quis vir passar os últimos anos da sua vida para o Alentejo “Ela quis vir, o meu filho comprou através da internet esta casa e viemos. Infelizmente, ela acabou por falecer e eu cá estou a cuidar das flores, que eram a paixão da minha mulher”.

O dia é passado a acompanhar o movimento do sol e a ver todos os canais da televisão. Nesta altura, entretém-se na parte da tarde a ver a volta à Itália em Bicicleta, mas vai vendo conforme lhe apetece os filmes ou as notícias que lhe interessam.

As compras não são preocupação para o senhor Almeida, “faço as compras em Estremoz, são doze quilómetros. Faço o “avio” para a semana, porque não quero ter muitas coisas no frigorífico”.

A relação com os vizinhos é outra coisa que não preocupa este cidadão do mundo, “aqui, todos nos damos bem. Como somos poucos, damos-nos todos bem. Se eu precisar de qualquer coisa, é só dizer e ajudam. Por exemplo, um destes dias, um vizinho disse-me que o carro se tinha avariado e tinha de ir levar a mulher dele que trabalha nos Arcos, eu disse “não há problema” e fui levar”.

Outra das distrações em S. Bento de Ana Loura é o convívio entre os habitantes. Um jovem que trabalhava numa herdade tinha-nos avisado “ali, na rua, vai encontrar pessoas, estão sempre por ali a conversar. Na rua, combinam-se os passeios “já combinei com o meu vizinho Pedro que vem perto do fim de semana para irmos até Espanha, pois é fácil ir e as coisas lá são quase a metade do preço”.

Com alegria e boa disposição, Fernando Almeida vai descrevendo o seu dia que termina lá pelas onze e meia da noite. A cadela acorda-o cedo e depois é tempo de falar com o filho “todos os dias falo com o meu filho através do telemóvel, ligamos a câmara e falamos, ele, também, pelo seu trabalho, está sempre a saltar de país em país e, por isso, vamos falando todos os dias pela internet”.

“O melhor que há aqui é o silêncio, a calma que existe aqui é maravilhosa. Eu, de tarde, sento-me na varanda, a cadela senta-se ao pé de mim e estamos os dois sossegadinhos. Quando estão cá os meus vizinhos, falamos. Há um aqui ao lado que tem um grande terreno. Semeia, lava... Quando é preciso, vou ajudá-lo, temos laranjas com fartura, praticamente temos tudo aqui, só faltam pessoas, mas pronto, nós vamos vivendo assim”

E foi entre sorrisos, gargalhadas e promessas de voltar que nos despedimos do senhor Almeida que se preparava para ir até à África de o Sul ver o filho, a nora e os netos que não vê há três anos “Vou vê-los agora e, depois, para o ano, também vou, pois a minha neta vai casar”.

O tempo urbano fez-nos antecipar despedidas. Ao nosso obrigado, respondeu Fernando Almeida com um agradecimento: “Gostei de conversar com os senhores, sempre ajudou a passar o tempo”.



E é assim o ritmo da vida. Vivida ao ritmo e no tempo dela própria, seja em S. Bento de Ana Loura seja em qualquer outro lugar do mundo.

Pode dizer-se que encontramos neste lugar sem futuro as respostas para o futuro que será sempre o presente, que será sempre a evolução, a mudança, mas que será sempre a felicidade estampada num rosto de pessoas simples e que gostam, essencialmente, de viver sem se preocuparem com o tempo que têm, sempre o mesmo tempo e nunca se “aborrecem” com o silêncio que nos faz ouvir os ruídos, que não nos perturbam e que nos fazem companhia.

S. Bento de Ana Loura, possivelmente, não terá futuro. Possivelmente, a escola não se vai voltar a encher de crianças, nem a igreja de fiéis, nem o cemitério de velhos, mas haverá sempre espaço, flores, searas, pássaros e riachos com mais ou menos água, tal como haverá sempre uma motorizada que passa no horizonte, o barulho de uma qualquer alfaia agrícola e um homem e uma mulher que, por amor, escolheram S. Bento de Ana Loura para plantarem o futuro... que esse, sim, nunca acaba.





# Festa das Flores. De Campo Maior para a humanidade

Textos  
Mário Simões

Um pouco depois das 14 horas do dia 15 de dezembro de 2021, as Festas do Povo de Campo Maior deixavam de ser somente da vila raiana, do Alentejo e de Portugal e passavam a ser da Humanidade. Na sua 16ª. reunião, o Comité do Património Mundial da UNESCO declarava a Festa das Flores Património Cultural Imaterial da Humanidade.

Em setembro, Campo Maior fica ainda mais bonito, mas tudo começa em janeiro, com a eleição do “cabeça de rua” (pessoa encarregada de organizar os trabalhos); depois, faz-se o esboço da obra, escolhe-se a cor do papel e começam os trabalhos.

Normalmente, depois do jantar, o povo junta-se em casa uns dos outros e novos e velhos fazem nascer do papel rosas, tulipas, oliveiras e todas as flores que a imaginação e o engenho ditar. Nenhuma peça é igual à outra. Tudo tem é de estar pronto na noite da “enramação”, altura em que se fica a saber como ficam decoradas as ruas.

O ano de 1897 é dado como o “ano um” das Festas do Povo, que têm por base o culto a S. João Baptista, padroeiro de Campo Maior. Diz a lenda que as festas começaram na Rua Nova e que estavam ligadas à atividade de um grupo de contrabandistas.

Não se sabe se assim foi, mas o mistério também faz parte da realidade e se não foi assim, poderia ter sido.

## A casa nova

Estava bonito o dia. O sol e o calor de julho juntaram-se aos sorrisos, misturaram-se nas vestes especiais para um dia especial para a CCR e para todos os que a faziam exemplar entre os organismos públicos.

O sonho de ter um edifício próprio vinha desde 1979, começou a realizar-se em 1986 e concretizou-se no dia 8 de julho de 1994.

Para trás, ficaram avanços e paragens, vicissitudes, como lhe chamaram. Para trás, ficaram dias da azáfama de esvaziar os edifícios espalhados pela cidade de Évora, que chegaram a ser seis. Desde março, tinham começado a decorar os gabinetes modelares, novinhos em folha, instalações amplas que albergavam equipamentos, pessoas e, principalmente, sonhos.

Veio o Ministro Valente de Oliveira, a Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, Isabel Mota, o Arcebispo D. Maurílio, os antigos presidentes e funcionários da CCR. Estavam os dirigentes da “casa”, os funcionários, todos em ambiente de alegria, de festa, de confraternização, mas também de grande esperança e de uma certeza ainda maior: tinham mais condições para servirem ainda melhor o Alentejo.

Para trás, ficavam as acanhadas instalações, o distanciamento entre os companheiros de trabalho, o que dificultava a comunicação. Para trás, ficava o antigo, que o novo estava aí.

Foi um dia diferente, um dia de festa que durou até... durar. Os acepipes, salgados ou doces, as frutas e as bebidas, a animação e o baile, as conversas, os risos, os abraços.

Foi um dia diferente, foi um dia bom, aquele em que CCR estreou o novo edifício.



## Francisco Serrabulho, o presidente que foi...mas não foi

Francisco Albino Carvalho Serrabulho foi quase tudo no que é hoje a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Foi um jovem e promissor técnico da Comissão de Planeamento da Região Sul, onde chegou a ocupar interinamente o lugar cimeiro da organização, quando, a seguir à Revolução de Abril de 1974, saiu da presidência Armando Perdigão.

Voltou a ocupar, interinamente, a liderança, aquando da saída da instituição do Presidente Manuel Ferreira Patrício, tendo assegurado com mestria aqueles momentos de transição.

Para o Xico Serrabulho - como carinhosamente era tratado pelos amigos, ou o Dr. Serrabulho, como igualmente

com carinho e respeito era tratado na CCR -, servir a Res pública era muito mais que realizar a preceito o trabalho rotineiro. Na sua forma peculiar de estar na vida, tranquilo e atento, Francisco Serrabulho teve sempre a ambição de ir mais além.

Quando se iniciou a cooperação institucional entre o Alentejo e a Extremadura espanhola, lá estava Francisco Serrabulho a liderar o Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, o GIT, que transformou as relações entre os dois povos ibéricos e que mostrou um caminho diferente de colaboração com o objetivo único de desenvolver o Alentejo.

Pode não figurar na Galeria dos Presidentes, mas figura de certeza na história da CCDRA.



José Manuel Dias Cabeça

# Seguir o sonho é... trabalhar por ele

Sou o José Manuel Dias Cabeça, natural de Évora, nascido a 5 de março de 1996.

Desde muito novo que sempre tive um sonho: ser um bom atleta e ir aos Jogos Olímpicos.

Iniciei-me no Karaté aos cinco anos e aí começou o meu longo percurso como atleta, sempre com o apoio da minha família.

Seis anos depois, com 12 anos, apurei-me para o Campeonato da Europa de Karaté. Infelizmente, tive um acidente de moto que me deixou com algumas lesões internas e tive de desistir.

Durante a minha recuperação do acidente, pude acompanhar os Jogos Olímpicos de Verão de Pequim, em 2008, nomeadamente o grande atleta de natação Michael Phelps, que foi uma grande inspiração para mim.

Nesse ano, entrei para a natação no Clube Aminata e, 4 meses depois, já estava a treinar com a equipa de natação e a participar em competições.

O meu percurso foi evoluindo sempre com a mesma determinação e sempre com o mesmo foco: o sonho de ir aos Jogos Olímpicos.

Em 2013, dediquei-me também ao triatlo pela mão de grandes amigos que já o praticavam. É um desporto muito exigente, tanto física como psicologicamente com três modalidades (natação, ciclismo e corrida) e que me fez atingir uma condição física que me levou a acreditar que o meu sonho estava cada vez mais perto. É preciso uma grande vontade, espírito de sacrifício e, acima de tudo, cabeça no sítio certo. Tudo isso me fez crescer e fortalecer como atleta. Sabia que tinha muito trabalho pela frente, mas a vontade de melhorar como atleta era cada vez maior.

Entretanto, licenciiei-me em Treino Desportivo na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, do Instituto Politécnico de Santarém.

Nascer em  
Évora, no  
Alentejo,  
nunca me  
impediu de  
ter grandes  
sonhos.  
Sempre quis  
ser diferente  
e consegui  
fazer coisas  
que mais  
ninguém fez.





Nestes anos, participei em diversas provas de Triatlo, nacionais e internacionais, em representação de Portugal, tendo atingido alguns bons resultados:

- Vitória no Ironman 70.3 de Cascais, que se realizou em setembro de 2019 – 1º Lugar (Age Group 18-24) e 1º Lugar (Age Group de Portugal).

- Fui, também, Campeão Nacional e Ibérico (Age Group 20-24) de 2020 de Triatlo de Média Distância.

No meio disto tudo, o Cross-Country Ski surgiu enquanto assistia aos Jogos Olímpicos de Inverno de 2018. Muitas questões me passaram pela cabeça:

Por que razão não existem atletas genuinamente portugueses nos Jogos Olímpicos de Inverno?

Por que razão não existe um atleta eborense/alentejano/português a praticar desportos de inverno?

Logo me ocorreu que poderia ser a minha oportunidade. Seria incrível, e até único, se isso se concretizasse. Um atleta eborense nos Jogos Olímpicos de Inverno!

Fiz alguns contactos que deram frutos e comecei a treinar Roller-Ski (modalidade que substitui o ski quando não há neve).

Não foi nada fácil, pois aprendi tudo sozinho, sem nenhum treinador.

Fui evoluindo favoravelmente e, quando passei para o treino na neve, comecei a acreditar que tudo é possível.

Fiz um estágio em Font-Romeu, França, no início de 2020, e continuei a minha evolução, até que me qualifiquei para o Campeonato do Mundo de Ski de Fundo, no final de 2020.

No meio duma pandemia, nada foi fácil; pelo contrário, tudo foi dificultado pela falta de provas e anulação de tantas outras. Mas, passo a passo, fui conseguindo ultrapassar todas as dificuldades.

Entretanto, em meados de 2020, recebi um convite irrecusável para trabalhar no Dubai como Treinador.

Tudo me passou pela cabeça: as minhas ambições pareciam inatingíveis!

No Alentejo, devido ao clima, já é difícil pensar em desportos de neve. Imaginem no Dubai! Mas decidi arriscar e ainda bem que o fiz.

O Dubai tem excelentes condições para qualquer atleta. Um clima bom e ótimas infraestruturas.

No Dubai, encontrei todas as condições para treinar, tanto triatlo como ski: piscina, ginásio, pista de ciclismo e até pista de Ski Alpino com neve.

Além disso, encontrei, no Dubai, uma verdadeira família que me deu todo o apoio e incentivos para prosseguir os meus sonhos.

2021 foi um ano incrível a todos os níveis. Ainda hoje, tenho dificuldade em entender tudo o que consegui fazer.

No Campeonato do Mundo de Ski de Fundo, em fevereiro de 2021, consegui abrir uma vaga olímpica para Portugal nos Jogos Olímpicos de Pequim 2022.

Depois fui Vice-Campeão da Europa (Age Group 25-29) de Triatlo de Média Distância.

Ainda consegui sagrar-me Campeão do Mundo (Age Group Overall) de Triatlo de Média Distância.

E, por fim, consegui fechar a minha qualificação para os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim 2022, que decorreram em fevereiro de 2022.

Estava tão perto a concretização do meu grande sonho!

Consegui, então, arranjar um excelente treinador de Ski de Fundo na Noruega, país com a maior tradição neste desporto de inverno.

Treinei intensamente em Oslo durante dois meses antes dos Jogos Olímpicos. A evolução foi enorme com a ajuda de um treinador.

E, finalmente, os Jogos Olímpicos!

A minha participação nos Jogos Olímpicos foi uma experiência incrível! A maior experiência da minha vida até agora! Estar entre os melhores do mundo é uma enorme responsabilidade. Representar o meu país é um enorme orgulho e, também, senti um grande apoio da cidade de Évora, da família, dos amigos e até daqueles que nunca acreditaram que eu conseguiria chegar a este nível.

Participei nos meus primeiros Jogos Olímpicos e, com o resultado que alcancei, tornei-me no melhor atleta português de Cross-Country Ski de sempre.

Tenho, ainda, muito trabalho pela frente e estou mais motivado do que nunca para continuar a evoluir e conseguir melhores resultados para Évora, para o Alentejo e para Portugal, tanto no Triatlo como no Ski de Fundo.

Nascer em Évora, no Alentejo, nunca me impediu de ter grandes sonhos. Sempre quis ser diferente e consegui fazer coisas que mais ninguém fez.

Esta é a minha história. Sobre o quanto eu queria que este sonho acontecesse. Agora, sou um Atleta Olímpico e acabei de começar...

Assim, o meu conselho para todos os atletas eborenses, alentejanos e portugueses é que sonhem em grande, trabalhem muito e acreditem sempre em vocês mesmo quando mais ninguém acredita!



# Alentejo – O futuro já começou



Textos  
Filipe Palma

Para entrar dentro dele será preciso quebrar primeiro a nossa luneta de horizontes pequenos, e alargar, depois, o compasso. *Miguel Torga, «Alentejo»*

Ao finalizar um ciclo de programação, e outro a iniciar-se, que será decisivo para a construção da nossa Esperança Coletiva, é importante mostrar como temos sido capazes de não antagonizar a competitividade e a coesão territoriais. Sim, não tenhamos qualquer dúvida: não há territórios competitivos, se não forem territórios coesos e vice-versa.

Os números do atual PO Regional assim o demonstram:

- até agora, apoiámos cerca de 500M€ de Investimento em incentivos às empresas (maioritariamente em Inovação e Internacionalização), bem como em Investigação e Transferência;
- ao mesmo tempo, apoiámos investimentos na ordem dos 650 ME em Educação, Saúde, Equipamentos Sociais, Património Cultural e Revitalização do Sistema Urbano.

O cofinanciamento da UE para estes investimentos aproxima-se dos 850 M€.

Para a próxima década, é este o caminho. Não há outro! Mesmo sabendo que a recessão demográfica, o despovoamento e as alterações climáticas são fatores críticos. Para os enfrentar, temos que nos socorrer do que melhor temos: as nossas gentes e o nosso capital natural.

O Alentejo, na sua pluralidade sub-regional, é aquela região que viu nascer dos maiores vultos da nossa história de que são exemplos Vasco da Gama, Mariana Alcoforado, Florbela Espanca, Salgueiro Maia.

Por isso, tendo de continuar a ter meios financeiros, europeus e nacionais para melhorar as condições de vida, de trabalho e de lazer dos nossos concidadãos. O nosso futuro coletivo passa, fundamentalmente, por continuar a transmitir, de geração em geração:

Foi a terra alentejana que fez o homem alentejano, e eu quero-lhe por isso. Porque o não degradou, proibindo-o de falar com alguém de chapéu na mão. *Miguel Torga, «Alentejo»*

# SABIA QUE...



Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

O **Alentejo 2020** já apoiou 4665 candidaturas?

O **Alentejo 2020** já apoiou 125 equipamentos sociais e de saúde?

O **Alentejo 2020** já beneficiou 13 303 crianças, através do apoio a infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação?

18 134 equipamentos informáticos foram atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados, com o apoio do **Alentejo 2020**?

O **Alentejo 2020** já apoiou 1 647 estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais?

O **Alentejo 2020** já apoiou 11 708 participantes em ações de trabalho socialmente necessário?

O **Alentejo 2020** já apoiou 159 209 m2 de criação ou reabilitação urbana?

203 habitações em áreas urbanas já foram reabilitadas com o apoio do **Alentejo 2020**?

Já beneficiaram dos fundos europeus 569 empresas, com o apoio do **Alentejo 2020**?

102 empresas já foram apoiadas em inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19?

Cofinanciado por:

